

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRELIMINAR

APL DE FÉCULA E FARINHA DE MANDIOCA

CIDADE PÓLO: MANACAPURU



NEAPL

**Núcleo Estadual de Arranjos
Produtivos Locais**



**MANAUS
SETEMBRO/2009**

SUMÁRIO

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	03
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO	06
3. SITUAÇÃO ATUAL	
3.1. ACESSO A MERCADOS INTERNO E EXTERNO	10
3.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	13
3.3. GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO	15
3.4. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	20
3.5. QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	22
3.6. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	24
4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO	25
5. RESULTADOS ESPERADOS	27
6. INDICADORES DE RESULTADO	28
7. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO	30
7.1 AÇÕES COMUNS AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS	32
8. AÇÕES PREVISTAS	37
8.1 PRIORITÁRIAS	37
8.2 COMUNS AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS	38
8.3 DEMAIS AÇÕES PREVISTAS	39
9. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	39
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	44

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano de Desenvolvimento foi elaborado a partir da parceria entre a SEPLAN, SEPROR, IDAM, SECT, SEPA, ADS, Prefeituras, Associações de Produtores, SEAP, SUFRAMA, UFAM, UEA, SEBRAE, EMBRAPA, INPA, IPAAM, IBAMA, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, AFEAM, entre outras instituições e representações da sociedade civil organizada, co-relacionadas a cadeia produtiva do segmento de fécula e farinha de mandioca, que compõem o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais - NEAPL.

A metodologia de trabalho se pautou em uma abordagem de sensibilização e mobilização do protagonismo local, por meio de reuniões, oficinas, seminários, etc, possibilitando o resgate das informações acerca das intervenções realizadas e a realizar, como também o levantamento da situação atual deste segmento, momento em que se avaliou a viabilidade da cadeia produtiva com os atores locais, visando fornecer conteúdos para que o governo possa, junto com os demais agentes econômicos, promover o seu desenvolvimento sustentável.

Neste processo se buscou a identificação de diversos aspectos, em especial as restrições que representam gargalos ao aumento da competitividade, a partir de uma concepção de pesquisa para conhecer os diferentes fatores intervenientes e conceber processos produtivos exemplares, não se reduzindo apenas a junção de várias áreas do conhecimento, mas, sobretudo, estabelecendo um fluxo de aglutinação desses saberes, definindo-se como norte a busca pela sustentabilidade.

A criação do Núcleo de Gestão Compartilhada - NGTC (2004), no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT, interveniente nos projetos do MCT desde 2003, se constituiu em um apoio vital, posto que tem a missão prioritária de apoiar a manutenção e agregar novos recursos financeiros e, especialmente, gerar informações e conhecimentos que contribuam para a gestão do plano e a transferência, para a economia local, das soluções tecnológicas encontradas.

O “I Seminário de Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional” (set/2006), organizado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT se caracterizou como um balanço dos APL's no Amazonas, incluindo apresentações e debates sobre o status dos arranjos definidos como prioritários. Segundo a diretriz do Ministério do desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior - MDIC durante a Oficina de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio a APL's – Região Norte (Fev/2007), o **APL de Fécula e Farinha de Mandioca**, assim como os demais selecionados, deveria ser validado

junto ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, no grupo dos cinco APL's já priorizados.

Os municípios selecionados inicialmente levando-se em conta as indicações do 'Plataformas Tecnológicas', foram validados na Oficina Estadual de APL's (Maio/2007), os quais são: **Apuí, Autazes, Fonte Boa, Irlanduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Nhamundá, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tefé e Uarini**. Neste evento se discutiu a formalização do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais no Amazonas – NEAPL/AM, a metodologia de trabalho e a necessidade de visitas aos APL's. Na ocasião, formou-se ainda o grupo de parceiros que se lançaram como membros e/ou indicaram outros, a saber:

Governo Estadual/Municipal: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN; Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM; Universidade do Estado do Amazonas – UEA; Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS; Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS; Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB; Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM; Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas - IPEM; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local - SEMDEL/Prefeitura Municipal de Manaus - PMM.

Governo Federal: Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA; Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA; Delegacia Federal da Agricultura no Amazonas/Ministério da Agricultura e do Abastecimento - DFA/AM; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Sistema S: Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas SEBRAE/AM; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/Organização das Cooperativas Brasileiras SESCOOP/OCB; Serviço Social da Indústria SESI / Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

Instituições financeiras: Banco da Amazônia; Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM; Banco do Brasil - BB; Caixa Econômica Federal - CEF.

Setor empresarial: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM;
Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM.

Sistema C&T: Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica –
FUCAPI.

Representação dos trabalhadores: Conselho Regional de Economia - CORECON;
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

A partida para a elaboração do PDP foi dada na I Reunião do Fórum (Jun/2007), onde foram encaminhados os seguintes assuntos: validação dos municípios; metodologia; licenciamento ambiental; legislação especial; subsídios para insumos; programa de crédito específico; associativismo/cooperativismo; levantamento de mercado; questionário.

Ficou acertado que as organizações deveriam informar as ações realizadas, fornecendo indicativos de ações, estratégias e parcerias institucionais que venham culminar na implementação de atividades, a partir da alocação de recursos, com o fim de promover a redução das desigualdades inter-regionais e a inclusão social, gerando ocupação produtiva e melhor nível de renda. Em julho de 2007, realizou-se a II Reunião do Fórum, em que se definiram os municípios e a agenda de visitas aos APL's.

Após esta definição, foram realizadas as visitas aos APL's nas seguintes datas/municípios:

14 a 15/08/07 – Manaquiri /Autazes / Careiro

24/08/07 – Presidente Figueiredo

03 a 04/09/07 – Manacapuru / Iranduba

19 a 21/09/07 – Manicoré

25 a 27/09/07 – Tefé

Em resposta ao solicitado pelo NEAPL na III Reunião do Fórum (Out/2007), as instituições parceiras enviaram em dezembro/2007 as informações disponíveis, que foram incluídas na versão 1.0, posteriormente remetida (março/2007) para as devidas correções e consolidação das informações. Após aprovada, a versão final foi encaminhada ao GTP APL, contendo um elenco de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável do APL de Fécula e Farinha de Mandioca.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO

A atividade do cultivo de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) é muito antiga, advinda dos primeiros habitantes, herdada das culturas indígenas constituindo-se a farinha de mandioca, num dos elementos básicos da alimentação da população ribeirinha. Historicamente, a cultura da mandioca é feita em pequenas áreas, utilizando mão-de-obra familiar, com a produção destinada ao consumo familiar e algum excedente, comercializado nas principais sedes dos municípios amazonenses.

Com o aumento da demanda, passou-se a cultivar áreas maiores, com sua destinação específica para comercialização. Atualmente, com incentivo dos órgãos oficiais de assistência técnica, atuantes nos municípios, busca-se melhorar a qualidade da farinha e seus subprodutos que são comercializados em feiras e supermercados regionais, para, evidentemente, conquistarem novos mercados.

A industrialização aparece como uma das formas com maior possibilidade de aproveitamento do produto que pode ser direcionada para o consumo humano, na forma de farinhas cruas ou torradas e polvilhos, e para consumo animal, na forma de raspas e resíduos da própria indústria ou, simplesmente, transformada em fécula ou amido para fins industriais. É importante salientar ainda o potencial nutritivo das folhas e ramas como ração para animais e até mesmo para alimentação humana.

A produção mundial de amido que era de 34 milhões de toneladas, com valor estimado em 14 bilhões de dólares, a partir de 2000 esta produção ultrapassou a marca dos 40 milhões de toneladas. O maior produtor são os Estados Unidos, com 14 milhões de toneladas, seguidos dos países asiáticos com 11 milhões, a União Européia com 6 milhões, a América Latina com 1,3 milhão e o Brasil com 1 milhão de toneladas.

O amido, fécula, polvilho ou goma são sinônimos. A diferença é apenas de ordem tecnológica. Costuma-se chamar amido a substância amilácea encontrada nos grãos e fécula, a encontrada nas raízes e tubérculos. O amido ou fécula é branco, insípido, insolúvel em água fria e, de acordo com sua acidez, pode ser classificado como doce ou azedo. Sua utilização é diversificada, podendo ser usado em torno de 1.000 produtos acabados em nível de consumidor, dividindo-se para fins agro-alimentar, papelero e químico. Enquanto os dois primeiros usam o amido sem grandes modificações, o último é um setor de transformação que produz, por via sintética ou biológica, novos derivados para utilização tanto alimentar quanto não alimentar.

Também a indústria têxtil, metalúrgica, petroleira e outros utilizam amido. Especialmente, podendo ser direcionada para alimentação humana como aditivo na fabricação de embutidos, leite em pó, chocolates, balas, bolachas, sopas, sobremesas, sagu e pão; na indústria de adesivos, indústria têxtil, fogos de artifícios, fabricação de fósforos, dextrinas, malto dextrinas, indústria de papel, embalagens biodegradáveis, fundição de metais e indústria de madeira (compensados); na indústria farmacêutica utilizado nas massas dos comprimidos e em creme dental; e ainda na perfuração de poços petrolíferos. Quanto mais clara a cor, melhor é a qualidade do amido. A cor indica se a mandioca utilizada é velha ou não, como também a limpeza com que o amido é processado.

A produção brasileira no ano de 1994 foi de 230 mil toneladas de fécula de mandioca e 800 mil toneladas de amido de milho. Este último, no entanto, está concentrado em 3 empresas multinacionais, enquanto a fécula é produzida por aproximadamente 50 fecuárias de pequeno e médio portes, com plantas industriais de 50 a 800 toneladas de raízes por dia, das quais 98% estão localizadas na Região Sul. A produção foi constituída da seguinte forma:

AMIDO DE MILHO	FÉCULA DE MANDIOCA
<ul style="list-style-type: none">• Amido nativo - 45,7%• Glicose e maltose - 40,0%• Amidos modificados - 14,3%	<ul style="list-style-type: none">• Fécula in natura - 68,2%• Fécula modificada - 18,2%• Polvilho azedo - 10,0%• Sagu ou tapioca - 3,6%

Em 2001 a produção nacional de fécula foi de 550 mil toneladas o que representa um crescimento de 139% em relação a 1994. Entretanto, na visão da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca - ABAM o setor pode crescer bastante se houver mais organização e planejamento. Com este intuito a ABAM está elaborando um planejamento estratégico visando atingir, em 2011, dois milhões de toneladas com um faturamento global de aproximadamente US\$ 1 bilhão.

Na Amazônia toda a produção de mandioca está voltada, quase que totalmente para a produção de farinha, que é um dos alimentos básicos da população juntamente com o peixe. Por isso, está entre as cinco principais culturas cultivadas na região, correspondendo a 10,5% da área total cultivada. O Amazonas é o principal produtor na região com cerca de 68%, em média, da área cultivada com o produto, seguido do Acre com 14%. A produtividade gira em torno de 15 toneladas por hectare que mesmo sendo superior à média nacional que é de 14,7 t/ha, ainda é considerada baixa quando comparada com a de países africanos e asiáticos.

As áreas que apresentavam maior concentração no Amazonas situavam-se nos municípios de Tefé, Itacoatiara, Manicoré, Alvarães, Parintins e Coari. Em relação à média das safras de 1998 e 1999 estes municípios concentraram 32,0% e 36,7% do total estadual de área colhida e produção obtida, respectivamente. Saliente-se que o total do Estado corresponde a 62 Municípios.

Uma perspectiva mercadológica muito interessante atualmente é representada pela possibilidade de se tornar obrigatória no país, a substituição de 10% de farinha de trigo utilizada na fabricação de pães, por fécula de mandioca. Projeto de lei neste sentido tramita no Congresso Nacional e, em diversos Estados, já se estão fazendo experiências relacionadas com essa substituição. No Estado de Mato Grosso do Sul lei estadual já tornou obrigatória a mistura fécula/ trigo no Estado, tendo sido criada uma comissão para regulamentar este dispositivo legal.

Outra utilização para a fécula, que está sendo pesquisada, é a de embalagens para produtos alimentícios, bandejas, que poderão substituir as existentes atualmente, feitas de poliestireno. A principal vantagem deste produto é relativa ao meio ambiente. O poliestireno leva 150 anos para se degradar e, em seu processo de fabricação, é empregado o gás CFC, prejudicial à camada de ozônio. A degradabilidade da embalagem à base de amido é de 100% e em 45 dias ela se desfaz. Ressalte-se que a demanda de embalagem de isopor atualmente é da ordem de 25 milhões por mês, com um crescimento anual de 20%. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida pelo Centro de Raízes e Amido Tropicais da UNESP - Botucatu.

Em uma projeção apresentada pela SUFRAMA em 2003, para o investimento na produção de amido de mandioca no Amazonas, foram estimados os seguintes valores no Estudo de Viabilidade Econômica:

- Investimento total: R\$ 1.033.670,74;
- Receita total Média R\$ 1.519.980,00;
- Custo Variável: R\$ 1.322.608,61;
- Custo Fixo: R\$ 169.986,48;
- Custo Total Médio: R\$ 1.446.216,24;
- Lucro Líquido Médio: R\$ 52.786,20;
- Margem de Lucro Média (Lucro Líquido Médio/Receita Total Média): 3,47%;
- Rentabilidade Média (Lucro Líquido Médio/Investimento): 5,11%;
- Ponto de Nivelamento (quantidade mínima que a empresa pode produzir para a receita igualar-se à despesa): 76,30%;

- Taxa Interna de Retorno (custo de oportunidade de capital comparado a qualquer outra aplicação financeira): 18,61%;
- Tempo de Retorno do Capital: 5,42 anos;
- Valor Presente Líquido (considerando um custo de oportunidade do mercado financeiro de 19% ao ano): R\$ 17.913,69;
- Áreas propícias para investimento: Tefé, Coari, Manacapuru, Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.



Existem no Amazonas grandes áreas de solos areno-argilosos indicados para a cultura. As áreas de terra firme embora com fertilidade baixa não comprometem o rendimento da cultura quando adubadas corretamente, além de propiciar condições de produção durante quase o ano todo.

A extensa rede hidrográfica regional compreendendo rios, paranás, igarapés e lagos facilita o escoamento da produção da unidade produtiva até a indústria.

Como a exploração da cultura é tradicional na região, não existe qualquer entrave quanto às práticas de cultivo. Quanto à indústria, a mão-de-obra necessária para o seu funcionamento não exige alto grau de escolaridade, mas requer um período de treinamento

para os operadores. Considerando-se esses requisitos, há abundância de mão-de-obra na região.

As áreas propícias indicadas dispõem de vias de acesso para o escoamento da produção, seja através de hidrovia ou de malha rodoviária. No caso do Amazonas, todos os municípios em questão, à exceção de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, localizam-se nas margens do Amazonas/Solimões. Manacapuru ainda apresenta outra opção para o escoamento da produção através dos portos de Manaus e Itacoatiara. No caso de Itacoatiara e Rio Preto da Eva o acesso ao mercado nacional e internacional se dá através das rodovias AM-010 e BR-174, via porto de Manaus ou através do Caribe.

Todos os municípios incluídos no **APL de Fécula e Farinha de Mandioca** possuem bases do IDAM instaladas, todavia, por fatores diversos, nem todos podem contar com assistência técnica capacitada para apoiar o desenvolvimento do APL no local. No contexto macro, as unidades de beneficiamento mecanizadas existentes no estado podem contribuir para a agregação de valor à mandiocultura local. Já existe comercialização de produtos industrializados, porém, é imprescindível aumento dessa produção.

3. SITUAÇÃO ATUAL DO ARRANJO

3.1 ACESSO AOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Em nível nacional, o maior consumidor de fécula de mandioca é o Estado de São Paulo. Aproximadamente, 80% desse consumo cabe aos frigoríficos e panificadoras e o restante, dividido entre as indústrias químicas, farmacêuticas, têxteis e outras. Os outros grandes consumidores são os Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Na safra de 1996, o Brasil produziu aproximadamente 190.000 toneladas de amido, inclusive 70.000 toneladas de amidos modificados, para o consumo interno de, aproximadamente, 200.000 toneladas.

Atualmente o Brasil fatura cerca de US\$ 50 milhões com exportações do amido de mandioca. Na visão da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca - ABAM, isto é muito pouco, se comparado ao faturamento obtido pela Tailândia, que gira em torno de US\$ 1,7 bilhão. A ABAM considera que a produtividade e qualidade do amido brasileiro são melhores do que as daquele país, faltando ao setor apenas planejamento das ações para crescer. Segundo pesquisador da EMBRAPA, da área de sócio-economia agrícola, a fécula e seus derivados têm competitividade crescente no mercado de produtos amiláceos

para a alimentação humana, como insumo em diversos ramos industriais, alimentos embutidos, embalagens, colas, mineração, têxtil e farmacêuticos.

Empreendimentos produtores de amido de mandioca implantados no norte do Brasil, quando praticamente toda a produção brasileira se concentra na região sul, poderão se beneficiar de vantagens comparativas, em termos de logística, tendo em vista o mercado da própria região, e o externo, particularmente países limítrofes, América Central e Caribe e América do Norte.

Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR

Instituição que tem como missão formular, coordenar e implementar a política de desenvolvimento integrado da agricultura, pecuária, pesca e aqüicultura; executar o planejamento da produção para implementação das cadeias produtivas; realizar estudos e oferecer subsídios aos planos municipais; definir necessidades e apoiar à concessão de fomento e fornecimento de infra-estrutura; implementar ações de *ATER* e de incentivo à organização dos produtores através do associativismo e cooperativismo; organizar a produção, apoiar as ações de comercialização e de reforma agrária, da defesa sanitária animal e vegetal e da capacitação profissional.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS /Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS

Tem a missão de formular, coordenar e implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, programas intersetoriais, dos recursos hídricos, da fauna e flora, da gestão política estadual de florestas e de ordenamento pesqueiro, visando à valorização econômica e a sustentabilidade dos produtos florestais, mediante ações de fortalecimento das cadeias produtivas do setor florestal nos pólos de desenvolvimento sustentável e implementação das ações de assistência técnica e organização dos produtos da floresta. No APL em pauta, a SDS tem como representante, a ADS que substituiu a AGROAMAZON, empresa pública de administração indireta do executivo, que tem como missão executar as ações relativas ao trabalho e à política estadual de apoio ao desenvolvimento, integração e comercialização de produtos das diversas cadeias do setor primário. A empresa tem personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, sendo vinculada à SEPROR.

Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas - SEBRAE/AM

O SEBRAE/AM tem as suas diretrizes políticas de fomento e apoio às micro e pequenas empresas estabelecidas por um Conselho Deliberativo Estadual - CDE, composto por 13 entidades representativas de diversos segmentos, entre elas: FIEAM, FAEA, FECOMÉRCIO, ACA; IEL, UFAM, SUFRAMA, ADA, SEPLAN, AFEAM, Banco da Amazônia, Regional do Banco do Brasil e o próprio Sebrae Nacional. Sob a orientação do CDE, o SEBRAE/AM é administrado por uma Diretoria Executiva, composta de um diretor superintendente e de dois diretores operacionais. À Diretoria Executiva cabe o comendamento de todas as ações desenvolvidas em prol das micro e pequenas empresas. O presidente do Conselho Deliberativo Estadual, que deve ser sempre um representante do Comércio, da Indústria ou da Agricultura, é eleito pelos seus membros para um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido. A Diretoria Executiva também é eleita pelos membros do Conselho.

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM

Entidade de grau superior integrante do Sistema Confederativo da CNI - Confederação Nacional da Indústria, constituída em agosto de 1960, tendo seu estatuto aprovado em maio de 1961, quando foi expedida a Carta Sindical pelo então Ministro de Estado de Negócios do Trabalho. Seu fundador e primeiro Presidente, Abraão Sabbá, exerceu o mandato de uma diretoria provisória (agosto/1960 a maio/1961), quando foi eleita a 1ª Diretoria com mandato de junho/1961 a outubro/1966. Hoje com 27 sindicatos filiados, a FIEAM compõe-se de Diretoria, Conselho de Representantes, formado por dois delegados de cada sindicato filiado e também de uma Diretoria Adjunta, consignada à competência do Presidente, escolhida dentre os industriais e dirigentes da indústria, que compõem as Coordenadorias, que têm por finalidade instruírem processos a serem levados para decisão final de diretoria. Integram o Sistema FIEAM as entidades SESI-AM, SENAI-AM e IEL-AM.

Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM

Instituição que tem por missão congregar as indústrias do Amazonas, representando, defendendo e preservando os interesses das empresas associadas frente às entidades públicas e privadas na busca de soluções e alternativas que visem o contínuo fortalecimento e desenvolvimento do Pólo Industrial de Manaus. Visa ser uma instituição que gera soluções de vanguarda, antecipando-se às mudanças do ambiente, através de pesquisas, estudos e parcerias estratégicas, contribuindo para a melhoria da competitividade das empresas associadas.

3.2 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Tomando-se como base os produtores do Amazonas, pode-se afirmar que o nível de conhecimento é baixo em relação a outros estados e pior quando se compara a outros países mais eficientes. Um dos fatores é o baixo nível de capacitação técnica dos produtores, e a precária assistência técnica. O fato de muitos não possuírem treinamento específico e não realizarem o monitoramento da qualidade de água, entre outros, eles simplesmente colocam o peixe na água, e esperam o mesmo crescer. Diante dessa realidade, torna-se necessário um acompanhamento dos cultivos instalados. As instituições que podem participar da formação e capacitação são:

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM

Instituto vinculado a SEPROR é responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER no Amazonas, prestando serviços às comunidades rurais desde a década de 1970. Atualmente conta com 30 escritórios instalados nos municípios do interior e na capital, constituindo um quadro funcional de cerca de 500 funcionários oriundos de outras instituições: SEPROR, EMATER, CODEAGRO, CEPA. A área de ATER deste plano está compreendida entre os temas de responsabilidade do IDAM.

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Desde a sua criação em janeiro de 1909 recebeu várias denominações e mudanças institucionais, sendo atualmente chamada de Universidade Federal do Amazonas. Oferece atualmente 42 cursos de graduação, 11 de pós-graduação *stricto sensu* e 23 *latu sensu*. Possui 5 campi na cidade de Manaus e 6 no interior do Estado. Um marco na sua atuação em ensino, pesquisa e extensão com recursos pesqueiros foi a criação do curso de Engenharia de Pesca em 1988, fato que propiciou a contratação de vários professores e técnicos-administrativos, culminando com a constituição do Departamento de Ciências Pesqueiras. Além do curso de engenharia de pesca, a UFAM atua em recursos pesqueiros nos cursos de graduação de agronomia, ciências biológicas, zootecnia e engenharia florestal. Atua também por meio de cursos de pós-graduação, entre os quais: mestrado em sistemas agroflorestais; mestrado em ciências ambientais; mestrado em ciências pesqueiras e especialização em manejo de pesca.

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Os fins institucionais que norteiam a UEA, na condição de academia amazônica, colocam-na diante do desafio de democratizar o acesso dos amazonenses ao seu universo discente e pelear para a superação das racionalidades impermeáveis ao reconhecimento de uma cultura da Região.

Assim, a UEA existe e interfere num contexto de transformação significativa dos paradigmas de educação, de desenvolvimento e de civilização, tendo por base o reconhecimento de uma pluralidade de modelos, de culturas, de espiritualidades e diversificações socioeconômicas.

Ciência e tecnologia são ambas indispensáveis para atingir essas metas, mas os resultados positivos somente podem ser alcançados por meio de uma reintegração da ciência e da cultura, de modo a assegurar um sentido de finalidade, por meio de um enfoque integrativo, com o objetivo de superar as fragmentações que conduziram a uma interrupção nas comunicações culturais.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/Organização das Cooperativas Brasileiras - SESCOOP/OCB

A SESCOOP é o órgão executor da capacitação, monitoramento e promoção social. É a interação entre a representação e a autogestão do cooperativismo brasileiro. Instituição privada, sem fins lucrativos, integrante do Sistema “S”, criado pela Medida Provisória nº1715 de 03 de setembro de 1998 e o Decreto n.º 3.017 de 06 de abril de 1999 – vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Seus objetivos são:

- Organizar, administrar e executar o ensino, a formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados;
- Assistir as sociedades cooperativas na elaboração e execução de programas de treinamento;
- Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional e de Gestão em cooperativas.

A OCB é um órgão de representação do Sistema Cooperativo Brasileiro, sendo que no Amazonas atua como sindicato e organização das cooperativas. É uma entidade patronal, sem fins lucrativos econômicos e de duração indeterminada, fundada no dia 07/03/1973. Exerce a representação política do cooperativismo do Amazonas e oferece suporte técnico e institucional para sua organização, fortalecimento e defesa. Tem como visão ser a referência

do cooperativismo amazonense, garantindo ambiente favorável ao desenvolvimento. Seus objetivos são:

- Representar politicamente e integrar todos os ramos de cooperativas no Amazonas;
- Manter serviços de apoio na consolidação do ideal cooperativista, dentro e fora do país e na formação de recursos humanos;
- Promover a integração e o fortalecimento do cooperativismo como setor relevante;
- Zelar pela doutrina e prática cooperativista, sem discriminações;
- Fomentar e orientar a constituição de cooperativas de todos os ramos;
- Prestar assessoria técnica-consultiva ao Governo sobre questões do cooperativismo.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas - FAEA/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado do Amazonas - SENAR

Entidade sindical de grau superior constituída para fins de coordenação, promoção, defesa e representação dos interesses dos produtores rurais integrantes da categoria econômica rural – Plano Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA Brasil. É a sucessora da Federação das Associações Rurais. Seu patrimônio maior são os onze sindicatos rurais filiados e também produtores rurais direta ou indiretamente representados por ela. Tem estado presente em todas as discussões que nortearam o processo de securitização de dívidas rurais e encaminhado vários expedientes às autoridades, na condição de porta voz dos anseios da categoria. Neste APL a FAEA tem o SENAR-AR/AM como sua via de atuação, posto que é uma instituição educacional, de direito privado, paraestatal, sem fins lucrativos, vinculada a nível nacional à CNA e a nível estadual à FAEA. Foi implantado em 01/06/1993, sendo administrado por um Conselho Administrativo que tem como presidente nato o titular da FAEA, formado ainda por representantes da classe dos trabalhadores rurais, na pessoa do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas - FETAGRI, do SENAR - Administração Central e de dois representantes do setor produtivo. Seu objetivo é organizar, administrar e executar a Formação Profissional Rural - FPR e a Promoção Social - PS dos produtores e trabalhadores rurais.

3.3 GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO

Cada vez mais a cooperação é condição necessária para a sobrevivência e o desenvolvimento dos pequenos negócios, com o auxílio de mecanismos de coordenação e

intermediação dos múltiplos interesses e objetivos envolvidos. O programa de APL's no Amazonas que se encontra sob a coordenação do Núcleo Estadual de APL's – NEAPL, criado no âmbito da SEPLAN/AM, tem por finalidade desenvolver estratégias e ações que possibilitem a consolidação e o fortalecimento de potenciais segmentos econômicos, por meio da cooperação entre os atores locais, identificados a partir de seu envolvimento no setor, em especial a pesquisa técnico-científica para a melhoria dos processos produtivos. Neste APL as instituições vocacionadas ao tema são:

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN

Órgão que tem como área de atuação o desenvolvimento do sistema de planejamento estratégico, bem como, coordenação das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Amazonas, o cumprimento da legislação estadual e federal relativas ao desenvolvimento econômico e planejamento estratégico. Também a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do plano plurianual, a formulação e a execução de estratégia de crescimento econômico, contemplando a inovação tecnológica e a busca do pleno emprego, estímulo à elevação da produtividade e dos salários reais, à dinamização das empresas e à prosperidade dos seus municípios, articulação e cooperação entre Estado e Sociedade, estabelecimento de negociações econômicas nos planos nacional e internacional visando investimentos estratégicos através da captação de recursos e cooperação técnica, formulação de políticas de incentivos fiscais e tecnológicos para o fortalecimento da economia estadual, o apoio à implantação de empresas geradoras de emprego e renda, a coordenação, assistência e supervisão ao Programa Nacional de Apoio a Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE/AM, e a realização de estudos e pesquisas de acompanhamento da conjuntura socioeconômica para subsidiar a formulação de políticas públicas, promover a inserção internacional, fomentar as relações multilaterais ao desenvolvimento sócio-econômico, cultural e científico.

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e vinculadas - SECT

A SECT, implantada e organizada a partir de abril de 2003, é responsável pelo planejamento e execução de uma política de ciência e tecnologia que atenda os interesses políticos, econômicos e científicos do Estado do Amazonas, conforme demandas induzidas ou não, postas pelas diversas secretarias e autarquias do Estado; instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou privadas; setor produtivo público ou privado; matriz industrial do

Pólo Industrial de Manaus; e pelas instituições federais sediadas ou com programas no Estado.

Inclusão social, geração de renda e empregabilidade, participação e acesso das populações regionais aos benefícios do patrimônio genético e aos serviços ambientais do Estado do Amazonas, e interiorização das plataformas científicas e tecnológicas constituem os fundamentos políticos e econômicos que norteiam as ações dessa Secretaria. São vinculadas à SECT a Universidade Estadual do Amazonas – UEA, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM.

Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Autarquia vinculada ao MDIC, responsável pela administração dos incentivos fiscais e pela atração de investimentos para a ZFM, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá. A ZFM foi criada pela Lei Nº 3.173 de 6/6/1957. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº. 288, de 28/2/1967, ampliou e regulamentou essa legislação, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário, instituindo, assim, o atual modelo de desenvolvimento. Em 15/8/1968, o Decreto-Lei Nº 365/68, estendeu esses benefícios a toda a Amazônia Ocidental. No caso específico da produção de pescado, a SUFRAMA possui uma Coordenação Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários – CGPAG, que tem como competência: I – implementar e coordenar as ações previstas na política da SUFRAMA para o setor agropecuário na Amazônia Ocidental; II – analisar, acompanhar e avaliar projetos técnico-econômicos de investidores que se estabelecem em sua área de abrangência.

Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM

Tem por finalidade coordenar e executar as Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia. É vinculado ao Governo do Estado, possuindo uma autonomia administrativa financeira e tem por objetivo atender a sociedade em geral nas questões ambientais. Responde pela Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FUMCITEC, e integra o Conselho Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia COMCITEC, cabendo ao Governador do Estado do Amazonas a presidência do mesmo. Possui estrutura organizacional composta por duas Diretorias voltadas

diretamente às Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, e uma Diretoria Administrativa-Financeira.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local - SEMDEL/Prefeitura Municipal de Manaus - PMM

A SEMDEL é um órgão do Executivo Municipal voltado para o incentivo do empreendedorismo e geração de trabalho e renda nas zonas urbana e rural de Manaus. Realiza um trabalho de capacitação e qualificação profissional voltado para pessoas que buscam conhecimento, oportunidades de inserção no mercado de trabalho e que necessitam de orientações para consolidar seus próprios empreendimentos. Suas competências são:

Instituir e gerir políticas e ações de desenvolvimento e apoio ao empreendedorismo local, entre elas, as de orientação e capacitação empresarial; Promover o desenvolvimento de novas tecnologias de produção em todos os setores da atividade empresarial; Promover e incentivar a participação de empreendedores em feiras, congressos, seminários, exposições e outros eventos; Gerenciar a articulação de políticas setoriais de desenvolvimento local; Promover estudos e elaborar diagnósticos no seu âmbito de atuação, buscando definir mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações; Promover o desenvolvimento de ações de terceirização e quarteirização; Coordenar ações e programas a cargo dos diversos setores com impactos sobre o desenvolvimento local; Articular-se com o Estado, o Governo Federal e instituições não governamentais para a promoção de iniciativas de desenvolvimento local integrado e sustentável; Realização e divulgação de estudos e oportunidades de investimento, assessoramento a empreendedores e oferta de infra-estrutura para a instalação e ampliação de seus negócios; Promover a produção e a disseminação de informações estratégicas sobre os mercados de trabalho e produtos das micro, pequenas e médias empresas e da economia familiar; Promover a organização de arranjos locais; Promover o desenvolvimento de organizações de micro finanças e da economia solidária; Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

Podemos destacar, entre as principais ações da SEMDEL os seguintes programas: Universidade do Povo; Manaus Empreendedora; O Cultivo do Cupuaçu gerando trabalho e renda na Comunidade N. S. de Fátima. A SEMDEL também administra feiras e exposições em Manaus: Valorizando o Trabalho, Centro de Artes e Artesanato da Ponta Negra e a Exposição Indígena Pú Kaa – Mãos da Mata, projeto visionário e inédito que dá vez e voz às comunidades indígenas que vivem na capital.

Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Amazonas - SFA/AM

A SFA/AM tem sob sua responsabilidade o conjunto de atividades diretamente ligadas à inspeção, fiscalização e ao controle de produtos agropecuários, bem como as atividades de fomento e desenvolvimento da produção agrícola, todas coordenadas pelo Serviço de Defesa Agropecuária.

Sua missão é executar ações de controle e prevenção, através da inspeção e fiscalização dos produtos e subprodutos agropecuários de forma a preservar a saúde animal, vegetal e humana, assegurando qualidade e competitividade no mercado nacional e internacional. Sua visão é alcançar o padrão de excelência na prestação de serviços, destacando-se em nível nacional e internacional, através da melhoria no atendimento e satisfação dos clientes.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Criado em fevereiro de 1989, pela fusão de entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental, o IBAMA é um órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis, objetivos reforçados na Rio-92, quando a sociedade que vinha se organizando nas últimas décadas pressionou as autoridades pela proteção ao meio ambiente. Essas, preocupadas com a repercussão internacional das teses discutidas na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, determinaram em outubro de 1992, a criação do Ministério do Meio Ambiente - MMA, órgão de hierarquia superior, com o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil.

Conselho Regional de Economia - CORECON

Tem por atribuição organizar e manter o registro profissional dos economistas, fiscalizar a profissão, expedir as carteiras profissionais, impor penalidade à infração da legislação profissional e cooperar com o COFECON em seu programa de trabalho, destinado a valorização profissional.

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA

A implantação de novas escolas de tecnologia e aumento da mão-de-obra especializada, como também a luta da categoria resultou na criação do CREA do Amazonas/Roraima da 20ª Região, em agosto de 1974, de acordo com a Resolução do

CONFEA n.º 223. A partir de sua criação, expandiu seus níveis de atuação, tanto na fiscalização preventiva, quanto na contribuição para o aperfeiçoamento profissional, incluindo a informatização dos procedimentos internos, modernização e estreitamento da relação com seus públicos, tais como entidades de classe, empresas e profissionais. Atualmente existem aproximadamente 10 mil profissionais e cerca de 3.800 empresas com registro, reflexo do crescimento da cidade e da conseqüente ampliação do mercado de trabalho em Manaus. Em sua recente etapa, inicia a implantação de inspetorias no interior do Estado. Hoje conta com duas inspetorias, nos municípios de Itacoatiara e Humaitá, com a expectativa de ampliar suas atividades em outras localidades como Benjamin Constant, Coari, Parintins e Manacapuru.

3.4 INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Neste aspecto se observa a necessidade de implantar um sistema de crédito com recursos financeiros estaduais e federais e determinar um percentual específico para o setor oriundo dos fundos constitucionais (estadual e federal), utilizando-se dos serviços das seguintes instituições financeiras:

Banco da Amazônia

O Banco da Amazônia é a principal instituição financeira federal de fomento com a missão de promover o desenvolvimento da região. Possui papel relevante tanto no apoio à pesquisa quanto no crédito de fomento, respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo. Com sua atuação, se articula com diversos órgãos vinculados aos governos, através de parcerias com diversas entidades, universidades, ong's ligadas ao fomento sustentável e representativas patronais ou laborais. Possui pontos de atendimento que cobrem toda a região, cerca de 59% do território nacional. Além disso, opera com exclusividade o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e ainda atende com outras fontes, como: Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fundo da Marinha Mercante - FMM, - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, Orçamento Geral da União - OGU e recursos próprios. Seus colaboradores também trabalham pautados com a consciência de que são agentes de desenvolvimento sustentável, respeitando princípios como: a ética, excelência, ousadia, criatividade, transparência, confiança, rentabilidade e respeito ao ser humano. Dessa forma, busca novas alternativas de negócios que utilizem tecnologias e suporte técnico para desenvolver a região favorecendo a criação de

novos produtos e serviços, mas alinhado com a sustentabilidade para garantir recursos para as gerações futuras.

Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM

Instituída como órgão da administração indireta, na modalidade de empresa pública revestida da forma de sociedade anônima não bancária, a AFEAM tem como missão concorrer para o desenvolvimento sócio-econômico, por meio de ações de apoio técnico e creditício que propiciem a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

Banco do Brasil - BB

Fundado em outubro de 1808, o banco tinha a função de emissor de moeda. A primeira utilização da denominação Banco do Brasil aconteceu já em 1808, resultado da associação do seu ramo de atividade ao nome do país. Na mesma época, podem-se observar diferentes configurações da marca Banco do Brasil em papel-moeda e documentos oficiais. E a partir daí a marca BB tem simbolizado tradição, confiabilidade, seriedade, segurança e credibilidade. Inicia-se uma história que se identifica fortemente com a história do país. Sua missão é ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o desenvolvimento do País.

Caixa Econômica Federal - CEF

A CEF é o principal agente das políticas públicas do governo federal e, de uma forma ou de outra, está presente na vida de milhões de brasileiros. Isso porque é uma empresa 100% pública que atende não só aos seus clientes bancários, mas a todos os trabalhadores formais do Brasil, por meio do pagamento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Programa de Integração Social - PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das Loterias. Além disso, ao priorizar setores como habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços, exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no país, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda. Sua atuação também se estende aos palcos, salas de aula e pistas de corrida, com o apoio a iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

3.5 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB

A SETRAB possui a missão de aproximar o trabalhador das oportunidades do mercado e novos nichos de trabalho e renda, fomentando a cultura do empreendedorismo, valorizando os saberes e conhecimentos populares como forma de crescimento sustentável e solidário. É desafio a atuação em conjunto com os demais órgãos, bem como com os movimentos sociais e a classe patronal. Através do Sistema Público de Emprego – SINE/AM são disponibilizados os serviços de intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional e seguro-desemprego.

Nesse contexto, é preponderante salientar o esforço da SETRAB em criar, no âmbito do SINE, sistemas de orientação e certificação profissional, com ênfase em melhores direcionamentos aos jovens em busca do primeiro emprego, bem como reconhecer e certificar trabalhadores (as) que desenvolvem determinados ofícios sem sequer terem tido a oportunidade de freqüentar um curso de qualificação profissional. É uma proposta ousada, porém, pertinente à inclusão social e produtiva.

E ainda, o Observatório do Trabalho encerra, de forma emblemática as tarefas precípuas da Secretaria de Estado do Trabalho, cuja finalidade será efetivar o mapeamento das vocações e potencialidades econômicas dos municípios e regiões do estado. Articulando parcerias com os centros de conhecimento, pesquisa e extensão, a exemplo da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, SECT/FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, dentre outros, na busca de resultados e diagnósticos que balizarão a elaboração de políticas de geração de emprego e renda.

Instituto Euvaldo Lodi – IEL/Serviço Social da Indústria - SESI

Integrante do Sistema S, por sua vinculação ao SESI, o IEL iniciou suas atividades com a missão de lançar programas e atividades de capacitação empresarial voltados à solução de problemas empresariais e tecnológicos. De 1998 até hoje, passou a realizar programas e atividades relacionados ao fomento da competitividade, inovação tecnológica, desenvolvimento regional, empreendedorismo e cooperação internacional. O IEL encontra-se presente nas 27 unidades da federação e, no tema APL, tem por objetivo promover o desenvolvimento de regiões de forma sustentada, disseminando e implantando metodologias e ferramentas que observam as características e vocações locais para incentivar a inovação e

dinamizar a atividade empresarial. Suas estratégias para atuação em APL são: sensibilização e mobilização do setor e atores comprometidos; realização de estudos, levantamentos e diagnósticos; definição dos principais gargalos e prioridades empresariais e tecnológicas; elaboração do planejamento estratégico e do plano de trabalho do APL (definição de projetos, responsabilidades, negociação dos recursos, etc.); Monitoramento dos resultados por indicadores; Planejamento de novas ações.

Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas - IPEM

O IPEM/AM é o representante do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, que tem por objetivo aperfeiçoar um sistema de qualidade adequado às necessidades da sociedade brasileira, que proporcione impacto positivo na economia nacional, promova a competição justa e proteja o consumidor, na medida em que atualmente cresce no mundo inteiro a existência de uma “avaliação da conformidade”. O IPEM/AM está incumbido de executar a avaliação da conformidade, verificando se os produtos de certificações expostas nos estabelecimentos apresentam o Símbolo de Certificação do INMETRO, dentro do Sistema Brasileiro de Certificação. Desta forma, busca difundir a cultura de qualidade industrial e contribuir para o desenvolvimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, responsável pela criação da grande parte das normas e regulamentos técnicos no que diz respeito aos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente.

Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI

Criada como agente de inovação tecnológica para atuar junto às empresas do Pólo Industrial de Manaus - PIM foi pioneira na condução das novas formas de pensar o desenvolvimento regional. Foi a primeira instituição na Região Norte a oferecer uma programação regular de cursos de pós-graduação, a partir de 1986, nas áreas de Eletrônica Digital, Engenharia de Produção, Automação Industrial, Qualidade e Produtividade, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Marketing. Essa atuação foi o ponto de partida para a implantação, em 1998, do Centro de Ensino Superior Fucapi – CESF, que oferece os cursos inovadores de Engenharia de Comunicações, Administração com ênfase em Gestão da Inovação, Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia de Produção Elétrica e Design de Interface Digital. Sua preocupação em promover a educação e desenvolver os recursos humanos da região reflete-se também na oferta de cursos de curta duração e treinamentos e na capacitação de seus próprios colaboradores. Privilegiou a busca pela

excelência na prestação de seus serviços, obtendo a certificação ISO 9001:2000 em 2001, bem como está participando do programa de excelência nos Institutos de Pesquisa coordenado pela Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa - ABIPTI. Desde 2001, instituiu um centro tecnológico voltado à adoção de soluções voltadas aos problemas do meio ambiente.

3.6 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O cultivo da mandioca para a produção de amido deve ser feito em condições razoavelmente diferentes daquelas que prevalecem nos plantios dos pequenos produtores da região. É necessária a incorporação de algumas tecnologias, como mecanização, calagem e adubação, além do uso de variedades mais produtivas que possam garantir uma produtividade de pelo menos 30 t/ha, sem o que se torna improvável a sustentabilidade desta atividade do ponto de vista econômico. Para viabilizar a atividade, ao nível de pequenos produtores, é essencial a parceria entre agroindústria e produtores e, entre estes, a prática do associativismo, como forma de baratear custos de produção dentre outros fatores benéficos.

A melhoria dos processos é um dos primeiros efeitos que poderão ser sentidos a partir do estudo da cadeia produtiva. Deverá ser criteriosamente estudada a sua racionalização visando o seu melhor ordenamento, por intermédio das seguintes instituições:

Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA

Atualmente denominada Embrapa Amazônia Ocidental, atua no Amazonas desde 1974, por meio do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental (CPAA), que conta com 268 colaboradores. O grupo ocupacional técnico-científico é composto por 56 pesquisadores, 212 empregados na área de apoio e administração. Participante da rede de centros de pesquisa, a Embrapa é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A unidade atende a demandas do mercado local e regional dentro do programa de agricultura familiar, principalmente com a cultura da mandioca, cultivo de grãos e olericultura; do mercado nacional, com pesquisas em fruteiras tropicais, dendê, seringueira, espécies florestais, guaraná e piscicultura; e do internacional, com a produção de sementes de dendê. Ao longo de vários anos vêm publicando cerca de 2000 trabalhos técnicos e científicos, em que estão apresentados os resultados de pesquisa com ênfase ao desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário para a região amazônica.

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

Instituição federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT que tem dado uma importante contribuição ao conhecimento científico e tecnológico da Amazônia. No âmbito da ciência seus pesquisadores têm se dedicado ao estudo da flora, fauna e ambiente, onde esses organismos vivem dentro de um equilíbrio dinâmico, do qual depende a existência e a preservação desse complexo de biodiversidade. No âmbito do desenvolvimento de produtos e de tecnologia, sua contribuição é bastante ampla, devendo-se somar a esse conjunto, os indicativos de base científica que são os únicos que podem dar suporte às ações e projetos direcionados para o desenvolvimento da região. A Coordenação de Pesquisas em Ciências Agrárias – CPCA destina-se a realizar pesquisas visando a geração de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento da agricultura local.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

As atividades da FAPEAM tiveram início em maio de 2003 e desde então, a Fundação possui articulação com o setor produtivo por meio de Programas com oferta de fomento nas áreas tradicionais de C&T e inovação em empresas nas seguintes linhas: formação de recursos humanos pós-graduados, iniciação científica, editais universais e temáticos, subvenção econômica e pesquisa em empresas.

No período de 2003 a 2008 a FAPEAM investiu R\$ 136,5 milhões em projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos no Estado do Amazonas.

4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

A mandioca é um dos principais produtos, em área plantada, da região, seja para fins comerciais seja para subsistência. Produto consumido em forma de farinha, produzida, via de regra, de forma artesanal, a mandioca é subutilizada em seu potencial produtivo verificando-se um desperdício considerável nessa forma de produção primária.

Um dos maiores desafios para um salto qualitativo e quantitativo é promover a organização, integração e capacitação entre os agentes da cadeia produtiva, além do aumento de qualidade do produto beneficiado – a farinha. Porém, além desse é possível destacar entre os principais problemas:

- Alta perecibilidade, o tempo entre a colheita e a industrialização não deve exceder a 36 horas, devido à tendência de escurecimento da matéria-prima e conseqüente perda de qualidade do amido;
- Baixa produtividade das variedades de mandioca disponíveis;
- Inexistência de variedades com aptidão para produção de amido adaptadas à região.

O cenário requer medidas como:

- Treinamento da mão-de-obra, objetivando-se a melhoria da qualidade do produto a comercializar;
- Aquisição de cultivares (manivas) precoces, selecionadas pela EMBRAPA;
- Capacitação dos técnicos envolvidos na ATER desse arranjo;
- Treinamento de monitores ou multiplicadores rurais para dar continuidade ao Arranjo;
- Acompanhamento e monitoramento por técnicos qualificados para uma assistência técnica eficaz;
- Aquisição de máquinas empacotadoras de grãos e dos sub-produtos da mandioca;
- Aquisição de câmaras frigoríficas para acondicionar os derivados líquidos da mandioca (tucupi, pagiroba, manicuera, tarubá, entre outros).

Registra-se também a necessidade de melhoria de toda a infra-estrutura de produção como casas de farinhas (devidamente equipadas), poços artesianos, empacotadoras, veículos utilitários para escoamento da produção, micro trator para serviços de preparo da área, variedades precoces, etc.

Uma questão torna-se fundamental: buscar parcerias para o fortalecimento do produto final (qualidade do produto), para um mercado mais exigente.

Os agricultores são estimulados a fazer policulturas, mesmo que em pequena escala. A monocultura vem cedendo lugar à cadeia produtiva: consórcio de cultivares e pequenas criações. A mandioca é uma cultura que se bem aproveitada não se estraga nada, pois até a casca e outros resíduos como a folha e caule são utilizados como ração para criação de pequenos animais (aves, suínos, caprinos e ovinos).

5. RESULTADOS ESPERADOS

É possível estabelecer um sistema de produção adequado ao segmento, gerando conhecimento para o acompanhamento com êxito de todo o processo produtivo. O conhecimento agregado poderá ser utilizado tanto por produtores e empresários, como pelos participantes da agricultura familiar, assim como, o conhecimento de indicadores, possibilitando desta forma, um ganho de eficiência da produção farinha e fécula da mandioca e a otimização dos recursos financeiros.

O plano deverá dar uma grande contribuição ao desenvolvimento da produção no Estado do Amazonas, visto que os conhecimentos gerados darão subsídios para se estabelecer uma atividade mais rentável com a modernização dos sistemas de produção com tecnologias adequadas. Este plano contribuirá de forma efetiva para incrementar a renda familiar, inserindo os sistemas de produção, da agricultura familiar, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida das famílias. Por outro lado, permitirá a capacitação e formação de recursos humanos em diferentes níveis (técnicos, produtores, estudantes etc.).

De modo mais específico os resultados esperados podem ser visualizados da seguinte forma:

R1 – Aumento da produção e da industrialização

A1.1 – Investimento em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia de produção de variedades mais produtivas, adaptadas e resistentes a pragas e doenças;

A1.2 – Melhoria dos plantios, com utilização de práticas de manejo adequadas (Boas Práticas de Cultivo - BPC);

A1.3 – Adoção de Boas Práticas de Fabricação – BPF nas unidades de beneficiamento;

A1.4 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de beneficiamento e qualificação dos serviços de Assistência Técnica - ATER específicos.

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores

A2.1 – Identificar a concentração de produtores nos municípios trabalhados;

A2.2 – Reunir os produtores para a constituição de cooperativas

Neste item a atenção deverá se concentrar prioritariamente no quadro normativo vigente atualmente no Brasil, com a intenção de entender qual impacto causaria a aplicação de um esquema de associativismo/cooperativismo no sistema produtivo local. Também deverá ser feita uma avaliação da proposta metodológica pelas cooperativas e tomada de decisão

quanto à formação de um grupo de trabalho. A decisão das cooperativas deve basear-se nas suas expectativas em relação ao processo e na qualidade das informações que receberam. Essa decisão deve ser tomada alguns dias após a primeira reunião com os técnicos. A decisão daqueles que quiserem continuar na caminhada é comunicada aos técnicos por escrito, ocasião na qual devem ser escolhidos, as pessoas que irão compor o grupo.

R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada

A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para a definição do modelo de estrutura e equipamentos necessários;

A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos de beneficiamento, armazenagem e embalagem, para agregação de valor aos produtos;

A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e capacitação nas unidades de beneficiamento e buscar, utilização de incentivos existentes para investimento no setor.

R4- Sistema logístico adequado

A4.1 – Definir pólos com localização ideal para a recepção da produção;

A4.2 – Melhorar a infra-estrutura rodoviária e portuária existente, em função da melhor logística de distribuição identificada para o escoamento da produção.

6. INDICADORES DE RESULTADO

Mesmo nos países desenvolvidos, a agricultura familiar, contribui com um grande percentual da produção. Esta condição é utilizada como indicador de desenvolvimento sócio-econômico desses países. Paradoxalmente, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento predominam grandes empreendimentos agropecuários, ocupando extensas áreas de terra, excluindo os pequenos produtores das políticas oficiais, apesar de se constituírem no maior contingente de produtores e serem responsáveis por uma considerável parcela da produção de alimentos básicos. Nesse contexto, fica evidente a importância de se fortalecer e modernizar os mecanismos de desenvolvimento da mandiocultura na Amazônia em pequenos sistemas produtivos, com efetiva participação das unidades familiares no processo de produção. Na consolidação desses sistemas é fundamental o desenvolvimento de procedimentos tecnológicos adequados à realidade sócio-econômica dos produtores regionais.

É importante, também, que neste desenvolvimento tecnológico sejam tomados os cuidados necessários para minimizar os impactos ambientais.

R1 - Produto adequado aos padrões de mercado exigidos

A1.1 – Melhoria na qualidade dos produtos de toda a cadeia produtiva;

A1.2 – Adequação às exigências do mercado destino;

A1.3 – Quantidade de técnicos capacitados.

R2 - Cooperativa de pequenos produtores

A2.1 – Números de produtores e produção anual;

A2.2 – Registros e estatutos aprovados das cooperativas.

R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada

A3.1 – Modernização das unidades de beneficiamento;

A3.2 – Número de cursos realizados;

A3.3 – Quantidade produzida de farinha e fécula;

A3.4 – Número de certificados obtidos;

A3.5 – Linhas de crédito.

R4- Sistema logístico adequado

A4.1 – Pólos de produção;

A4.2 – Mercados potenciais em importação da farinha e fécula;

A4.3 – Rodovias pavimentadas e número de portos adequados para recepção.

7. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO

I) AGROINDÚSTRIA DE FÉCULA DE MANDIOCA NOS MUNICÍPIOS DE CAREIRO, CASTANHO E MANAQUIRI.					
Descrição: recursos para projeto de Expansão das Agroindústrias.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 2004		Término: 2006	
Execução: SUFRAMA					
Viabilização financeira: R\$					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					100
Estaduais					100
Federais / GTP APL	SUFRAMA				100
TOTAL R\$			100,0		
Ação relacionada ao resultado n°: R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada.					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e capacitação nas unidades de beneficiamento e buscar, utilização de incentivos existentes para investimento no setor.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

II) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, RECUPERAÇÃO DE VICINAIS E CONSTRUÇÃO DE PONTES.					
Descrição:					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 2004		Término: 2006	
Execução: SUFRAMA					
Viabilização financeira: R\$					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					100
Estaduais					100
Federais / GTP APL	SUFRAMA				100
TOTAL R\$			100,0		
Ação relacionada ao resultado n°: R3 – Infraestrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada.					
A4.3 – Melhorar a infra-estrutura rodoviária e portuária existente, em função da melhor logística de distribuição identificada para o escoamento da produção.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

III) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - PIPT.					
Descrição: Ampliação, Conservação e Caracterização da Diversidade Genética de Mandioca (Manihot esculenta Crantz) no Estado do Amazonas.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2003		Término: 2006	
Execução: EMBRAPA - Dr. José Jackson Bacelar Nunes Xavier					
Viabilização financeira: R\$ 64.955,14					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FAPEAM			64.955,14	100
Estaduais					
Federais / GTP APL	Embrapa				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e da industrialização.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

IV) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - PIPT.					
Descrição: Inovação Tecnológica em Casa de Farinha.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2003		Término: 2006	
Execução: UFAM - Dr. Rubem César Rodrigues Souza					
Viabilização financeira: R\$ 55.178,84					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FAPEAM			R\$ 55.178,84	100
Estaduais					
Federais / GTP APL	Ufam				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e da industrialização.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

V) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – DCT					
Descrição: Avaliação da Adubação Verde em Sistema de Cultivo Orgânico de Mandioca.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2003		Término: 2006	
Execução: EMBRAPA - Dr. Wanderlei Antonio Alves de Lima e Dr. José Jackson Bacelar Nunes Xavier					
Viabilização financeira: R\$ 96.702,26					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FAPEAM			48.351,13	50
Estaduais					
Federais / GTP APL	CNPq			48.351,13	50
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e da industrialização.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

7.1. AÇÕES COMUNS AOS DEMAIS APLS DO AMAZONAS

I) PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO A PESQUISA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – PAPPE SUBVENÇÃO/FINEPAMAZONAS.					
Descrição: Apoiar, com recursos financeiros, micro e pequenas empresas interessadas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: FINEP/SECT/FAPEAM/SEPLAN/AFEAM/SEBRAE-AM/IEL/IDAM					
Viabilização financeira: R\$ 6.000.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SEPLAN	1.000.000,00	25		25
	FAPEAM	1.000.000,00	25		25
	SECT, SEBRAE, AFEAM, IEL, IDAM				
Federais / GTP APL	FINEP	4.000.000,00	50		50
TOTAL R\$		6.000.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

II) PROGRAMA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – PIT.					
Descrição: Apoiar, com recursos financeiros, micro e pequenas empresas interessadas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SECT/FAPEAM					
Viabilização financeira: R\$ 2.500.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM, SECT	2.500.000,00	100		100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		2.500.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

III) PROGRAMA DE APOIO A INCUBADORAS – INCUBADORAS/AM.					
Descrição: Apoiar empreendimentos para criação ou continuidade de novos negócios, ou ainda, braços de P&D de pequenas e médias empresas, que tenham interesse em desenvolver produto ou serviços em incubadoras.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SECT/FAPEAM					
Viabilização financeira: R\$ 1.500.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM, SECT	1.500.000,00	100		100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		1.500.000,00			
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

IV) PROJETO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 1.562.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	1.562.000,00	100	1.562.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		1.562.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 – Infraestrutura adequada e mão-de-obra qualificada. A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos e produtos para agregação de valor aos produtos.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

V) DISSEMINANDO A CULTURA DA COOPERAÇÃO.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 800.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	800.000,00	100	800.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		800.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produtividade.					
A1.1 – Investimento em projetos de pesquisa para o desenvolvimento do APL;					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

VI) A GENTE SABE A GENTE FAZ.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 150.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	150.000,00	100	150.000,00	100
Estaduais					
Federais					
TOTAL R\$		150.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produtividade.					
A1.1 – Investimento em projetos de pesquisa para o desenvolvimento do APL;					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

VII) EXPANSÃO DAS AÇÕES DE ORIENTAÇÃO EMPRESARIAL.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 250.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	200.000,00			
Estaduais		50.000,00			
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		250.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R3 – Infraestrutura adequada e mão-de-obra qualificada.					
A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos e produtos para agregação de valor aos produtos.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

VIII) IMPLANTAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 40.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	40.000,00	100	40.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		40.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R2 – Difusão do associativismo e cooperativismo.					
A2.1 – Identificar a concentração de empreendimentos nos municípios trabalhados;					
A2.2 – Reunir os empreendimentos para a constituição de cooperativas.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

IX) ESTUDO DIAGNÓSTICO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO ESTADO DO AMAZONAS.					
Descrição: Atualização de informações sobre os APLs do Estado					
Coordenação: Aguiar Vasconcelos Simões – NGTC		Início: nov/2006		Término: maio/2008	
Execução: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada - NGTC SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 18.408,35					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FEPI, SEMED	-	-	-	
Estaduais	SECT, FAPEAM, UEA	18.408,35	100	18.408,35	100
Federais / GTP APL	UFAM, EAFM	-			
TOTAL R\$		18.408,35			
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

X) REALIZAÇÃO DO I SEMINÁRIO ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.					
Descrição: integração dos atores locais envolvidos com APL's e divulgação do conhecimento obtido através dos estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes ao assunto.					
Coordenação: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada – NGTC		Início: 20/09/06		Término: 21/09/06	
Execução: SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 52.086,88					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	UEA, FUCAPI	-	-	-	
Estaduais	FAPEAM, SECT, SEPROR	52.086,88	100	-	100
Federais / GTP APL	SUFRAMA, INPA, EMBRAPA	-			
TOTAL R\$		52.086,88			100
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

8. AÇÕES PREVISTAS

8.1 PRIORITÁRIAS

D) AGROINDÚSTRIA DE FÉCULA DE MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA/AM.					
Descrição: Criar condições de infraestrutura, de equipamentos e máquinas que subsidiarão o processamento das raízes de mandioca para a produção de fécula, possibilitando incrementar a cadeia produtiva da mandioca, com melhoria da qualidade dos produtos, aumento da produtividade, maior inserção no mercado, agregação de valor e geração de renda aos produtores familiares.					
Coordenação: SEPROR		Início: APDOU*		Término: 360 dias APDOU*	
Execução: SEPROR					
Viabilização financeira: R\$ 1.752.600,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-				
Estaduais	SEPROR	175.260,00			100
Federais / GTP APL	GTP APL	1.577.340,00			100
TOTAL R\$		1.752.600,00			
Ação relacionada ao resultado nº: R3 – <u>Infraestrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada</u> . A3.3 – Investimentos em infraestrutura e capacitação nas unidades de beneficiamento e buscar utilização de incentivos existentes para investimento no setor.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

Nota: * Após Publicação no Diário Oficial da União.

II) CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) CASAS DE FARINHA FAMILIAR PARA APOIAR A AGRICULTURA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.					
Descrição: Destinadas à produção de farinha de mandioca de qualidade, com conseqüente melhoria das condições econômica, social e laboral. E também a capacitação dos produtores rurais beneficiados para o aprimoramento do processo de beneficiamento da mandioca.					
Coordenação: SEPROR		Início: APDOU*		Término: 360 dias APDOU*	
Execução: SEPROR					
Viabilização financeira: R\$ 362.698,20					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-				
Estaduais	SEPROR	36.269,82			100
Federais / GTP APL	GTP APL	326.428,38			100
TOTAL R\$		362.698,20			
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - <u>Infraestrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada</u> . A3.3 – Investimentos em infraestrutura e capacitação nas unidades de beneficiamento e buscar utilização de incentivos existentes para investimento no setor.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

Nota: * Após Publicação no Diário Oficial da União.

III) AQUISIÇÃO DE PATRULHAS AGRÍCOLAS MECANIZADAS DE MÉDIO PORTE PARA ATENDER AOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.					
Descrição: Destinadas à produção de farinha de mandioca de qualidade, com conseqüente melhoria das condições econômica, social e laboral. E também a capacitação dos produtores rurais beneficiados para o aprimoramento do processo de beneficiamento da mandioca.					
Coordenação: SEPROR		Início: APDOU*		Término: 360 dias APDOU*	
Execução: SEPROR					
Viabilização financeira: R\$ 362.698,20					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-				
Estaduais	SEPROR	125.253,00			100
Federais / GTP APL	MDIC	1.127.277,00			100
TOTAL R\$		1.252.530,00			
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infraestrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada					
A3.3 – Investimentos em infraestrutura e capacitação nas unidades de beneficiamento e buscar utilização de incentivos existentes para investimento no setor.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

Nota: * Após Publicação no Diário Oficial da União.

8.2. COMUM AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS

I) SISTEMA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO NÚCLEO ESTADUAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO AMAZONAS – NEAPL/AM.					
Descrição: Esta ferramenta tem por objetivo, cadastrar as Sociedades Empresárias que compõem os APL's selecionados pelo NEAPL, unificando as informações em âmbito Estadual e visando gerar informações que subsidiarão a definição de políticas públicas e o planejamento de ações de fomento para os setores.					
Coordenação: SEPLAN/NEAPL/DDR		Início: 2009		Término: 2010	
Execução: NEAPL/AM					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SEPLAN,PRODAM				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada.					
A3.2 – Realizar cursos de capacitação da mão-de-obra realizada por especialistas e técnicos em processos de beneficiamento, armazenagem e embalagem, para agregação de valor aos produtos..					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

II) REALIZAÇÃO DO II SEMINÁRIO ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.					
Descrição: Integração dos atores locais envolvidos com APL's e divulgação do conhecimento obtido através dos estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes ao assunto.					
Coordenação: SECT/AM e NEAPL/ AM		Início: 2009		Término: 2009	
Execução: SECT/AM					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$			100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

8.3 DEMAIS AÇÕES PREVISTAS

I) CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CENTROS PRODUTIVOS AGROINDUSTRIAIS.					
Descrição: Implantação de agroindústrias para produção de fécula de mandioca.					
Coordenação: SEPROR		Início: 2008		Término: 2008	
Execução: SUFRAMA e SEPROR					
Viabilização financeira: R\$ 1.705.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SEPROR	155.000,00	10	155.000,00	10
Federais / GTP APL	SUFRAMA	1.550.000,00	90	1.550.000,00	90
TOTAL R\$		1.705.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e capacitação nas unidades de beneficiamento e buscar, utilização de incentivos existentes para investimento no setor.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

9. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

A metodologia proposta prevê atividades de processamento industrial, transferência de tecnologia, entre outros. O desenvolvimento implicará num processo de transformação social, econômico e cultural, em que os beneficiários irão tornar-se sujeitos dinâmicos no processo. Esta transformação deverá ser obtida pelo conhecimento destes sobre a sua realidade e pela

sua inserção em formas inovadoras de organização que favorecerão a participação no sentido de obter níveis de vida condizentes com as exigências da sua natureza.

A participação dos pequenos produtores significa o rompimento das relações de dependência para recuperar a capacidade em transformar suas realidades, compartilhando-se o poder e estabelecendo-se parcerias (Ingles *et al.*, 1999). Para tanto, os diferentes atores sociais envolvidos no processo interagem e dialogam em encontros de interface (Long, 1989). As relações entre os agentes serão processadas mediante um caráter de dialogicidade, onde os conhecimentos e experiências dos elementos contidos no processo deverão ser considerados a partir do respeito e esforço de compreensão dos valores dados e existentes na cultura popular enquanto referência das ações.

Para tal, deverá ocorrer a compreensão dos mecanismos geradores dos problemas para superar as causas reais dos mesmos (consciência crítica) e não somente a identificação dos problemas e carências no sentido de propor soluções locais e viáveis (consciência programa). Desta maneira, a participação é um processo que envolve a conscientização para criar canais de articulação dos problemas locais com as condições estruturais, além das ações imediatas para melhoria das condições locais.

Como estratégia metodológica da intervenção, optou-se pela abordagem sistêmica devido à existência de interdependências entre os componentes que participam do segmento. A base conceitual da abordagem sistêmica a ser utilizada (Morin, 1998) tem em seu conteúdo fundamental os conceitos de sistema, interações e organização do sistema.

Desta forma, com esta aliança, envolvendo as instituições parceiras, espera-se consolidar e disseminar o arranjo produtivo, de modo técnico, com a adoção de metodologias adequadas, para atendimento do mercado demandante regional, nacional e internacional, culminando com o resgate, através da inserção sócio-econômica, da dignidade do produtor do interior. Assim, este plano representa um compromisso firmado entre os parceiros locais que culmine com o desenvolvimento sustentável do APL em referência.

"Todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"

(C.F. cap.6, art.225)

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma articulação estreita entre os protagonistas foi o critério utilizado para estabelecer as parcerias, focalizando como primordial para o sucesso do plano, distribuir as atividades entre as instituições com maior experiência na área enfocada. Desta forma, será feito um acompanhamento integral e continuado de cada ação quanto à gestão de seus recursos, de seus cronogramas, e da manutenção das informações atualizadas. Ainda, deverá ocorrer o envolvimento direto dos beneficiários da atividade em todas as fases do plano, transferindo desta forma aos participantes todas as informações necessárias à condução da atividade, formando, desse modo, agentes multiplicadores.

Assim, todas as instituições envolvidas deverão acompanhar as ações de natureza geral, como, o acompanhamento das criações, a formação de recursos humanos, a transferência de tecnologia, entre outros. Deverá ser dada prioridade ao acompanhamento de todos os aspectos relacionados com o APL, envolvendo a produção a partir da pesca e da piscicultura de espécies comestíveis a serem beneficiadas nos frigoríficos. Desta ação deverão decorrer todas as demais relativas ao controle e avaliação sistemática, com vista à correção das distorções.

Portanto, o acompanhamento da execução deste plano exigirá o apoio de todos os envolvidos, proporcionando as inversões físicas e humanas, aliadas da classe empresarial/empreendedores, que, com recursos reembolsáveis ou não, poderá destinar investimentos para a melhoria do segmento. O acompanhamento e a avaliação serão conduzidos por intermédio dos seguintes meios de verificação:

R1 - Produto adequado aos padrões de mercado exigidos

- A1.1 – Tecnologia disponível;
- A1.2 – Pesquisa de mercado;
- A1.3 – Número de certificados expedidos.

R2 - Cooperativa de pequenos produtores

- A2.1 – Pesquisa do IDAM e SESCOOP/OCP;
- A2.2 – Tabulação de questionários e registro em cartório.

R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada

- A3.1 – Sistema de currículo Lattes (CNPQ) ou similar;

A3.2 – Certificados expedidos;

A3.3 – Volume de produção;

A3.4 – Levantamento de empresas certificadas (APPCC);

A3.5 – Levantamento no mercado financeiro.

R4- Sistema logístico adequado

A4.1 – Secretaria;

A4.2 – Brazil Trade Net (MRE);

A4.3 – DNER/Administração de Portos.

Ao lado deste plano, sumariamente descrito, seria oportuno dispor de um plano de viabilidade para a criação de um organismo de certificação de produto no Estado do Amazonas, que opere em conformidade com a Guia ISO/IEC 65/1996 no agroalimentar e agroindústria. Tendo já operado em outras realidades, os parceiros deste plano poderiam fornecer consultoria para projetos específicos e assistência até o star-up operacional do organismo. Caso exista, formular o pedido de credenciamento do novo organismo à Organização Brasileira de Credenciamento.

REFERÊNCIAS

ABAM - Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca. Processo de Fabricação. Disponível em: <<http://abam.com.br/menu.php3?id=produção.html>>.

CASTRO, A. M. G. de. *Cadeia Produtiva e Prospecção Tecnológica como Ferramentas para a Gestão da Competitividade*.

CONCEIÇÃO, A. J. da. *A Mandioca*. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1981. 382 p.

CARGILL amplia uso Industrial da Mandioca. In: *Gazeta Mercantil*. São Paulo: 23/10/2001
EBS. Elétrica Bio Solar. Fábrica de Amido de Mandioca: Fecularia. Orçamento fornecido pela empresa, 2001.

EMBRAPA. Banco de Notícias. Pão Brasileiro será lançado na Paraíba. Disponível em: <<http://www.embrapa.br:8080/apli.../7feb5c8b3ed4e18f03256b82005cab82?opendocumen>>
IDAM. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas. Relatório de acompanhamento mensal. 2007.

História do Município de Nhamundá/Am. Disponível em: <<http://www.nhamunda.com.br/site/historico/historia.htm>> e <www.ferias.tur.br/informacoes/251/nhamunda-am.html>. Acesso em: 27. ago. 2008.

Informações sobre Autazes: Disponível em: <<http://www.cidades.com.br/cidade/autazes>> . Acesso em: 26. ago. 2008.

LEITE, L. A. de S.; PESSOA, P. P. F. *Estudos de cadeias produtivas como subsídios a pesquisa de desenvolvimento do agronegócio*. Fortaleza: EMBRAPA-CNPAT, 1996.

PROVÁRZEA, Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, IBAMA, Iniciativas de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades da Várzea do Rio Amazonas/Solimões. Folder, 2004, 10 p.

MATERIAL biodegradável pode substituir isopor, aponta CERAT. *Jornal Nippo-Brasil*. Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/2.edicao/3/mercado1.shtml>>.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Cultura - Mandioca*. Janeiro 2002. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.go.br/mandioc1.htm>>.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Potencialidades do Estado do Amazonas*, Manaus: Instituto Superior de Assuntos Econômicos / Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Promoção de Investimentos da SUFRAMA, Governo do Estado do Amazonas. 2001. 120 p.

SUMIZAWA, Shigueaki. Setor Mandioqueiro se reúne no Paraná para ampliar mercado de exportação. In: *Jornal Nippo - Brasil*. São Paulo: 02/2002.

ANEXOS

MUNICÍPIO DE ITACOATIARA



Este município está localizado a leste do Estado, na margem esquerda do rio Amazonas, a 266km de Manaus pela Rodovia Am-010. O nome de Itacoatiara é um vocábulo procedente do Tupi ou nheengatu, língua indígena que, segundo Octaviano Mello, dá origem a **Ita** = pedra, mais **Coatiara** = gravado, escrito, esculpido, pintada (Coatiara); Itacoatiara = Pedra Pintada.

O município, que está a 18 metros acima do nível do mar, apresenta um relevo com pequena elevação do terreno (formação rochosa) e o clima comum ao estado, equatorial quente e úmido, com máxima de 40°C e mínima de 23°C, o que determina uma média de 27,1°C.

O município possui um vasto calendário festivo: carnaval, aniversário da cidade, festivais de música (FECANI e FESTIM), Festival Folclórico, Exposição Agropecuária do Médio Amazonas, Festa de São Pedro e a Festa de Nossa Senhora do Rosário.

A economia do município apresenta as seguintes atividades:

Pecuária - criação de bovinos e suínos é bastante significativa.

Agricultura - culturas temporárias; mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, juta e malva. Culturas permanentes; cacau, café, coco, laranja, guaraná, mamão e limão. A Prefeitura em parceria com a EMBRAPA e IDAM, entregou e acompanhou com desenvolvimento técnico a iniciativa privada, o total de 10 (dez) milhões de mudas de pupunhas variadas, para serem plantadas e dar sustentação na ampliação da produção de palmitos. Foram distribuídas também, gratuitamente, 100 mil mudas de cupuaçú e 20 mil mudas de cacau, a fim de proporcionar mais três opções para a agricultura.

Numa parceria entre o Governo do Estado, Grupo Hermasa e Prefeitura de Itacoatiara, foi plantado em caráter experimental 20 hectares de feijão de cinco variedades, entre os quais, o caupi (feijão de praia) e o fazelo (feijão do sul), além de 40 hectares de arroz caipó.

Avicultura – Conta com um bom plantel de galinhas, patos, perus, codornas, marrecos, que gera produção de carne para consumo local e fornecimento para outros municípios.

Pesca – Destaca-se como entreposto de pesca, tanto para consumo local, como para exportação. Peixes: tambaqui, tucunaré, sardinha, jaraqui, curimatã, pacu...

Extrativismo Vegetal – concentra-se principalmente na borracha, gomas não elásticas, madeira, essência de pau – rosa, óleo de copaíba, castanha, cumarú e cipó – titica.

Indústria – Terminal Graneleiro, produção de minerais não-metálicos, madeireira, mobiliário, produtos alimentares, material de transporte, material elétrico e de comunicação, borracha, química, perfumaria, sabões e velas, têxtil, vestuário, calçados, bebidas, serviços de construção, editorial e gráfica.

Setor terciário – hotéis, restaurantes, comércio atacadista e varejista, bancos, turismo, serviços de utilidade pública.

O município possui um porto movimentado, que faz parte do corredor de transporte da Amazônia, servindo de escoamento da soja e seus derivados.

Área		8.892	Km ²	
Distância/Manaus	Fluvial:	201	Km	(IBGE)
	Aérea:	175	Km	(IBGE)
População	Urbana:	46.465	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	25.640	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	72.105	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		78.425	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		8,11	Hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		2,45		(IBGE/2000)
IDH		0,711		(IBGE/2000)
Classificação IDH		2.787		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	21.604	alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	8.516	alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		163		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		1.043	alunos	(UEA/UFAM/2002)
Eleitores		49.954		(TRE/2004)
Número de leitos – total		106		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		1.494		Junta Comercial /AM – 2004
Produto Interno Bruto – PIB		198,55	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.632,37	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Mandioca, laranja, abacaxi, arroz, milho, pescado, bovinos, suínos, ovinos, aves e ovos de galinha			

Programas Institucionais	Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:	9.287	Dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		
Volume Produzido	363	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento	363	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação	1435	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações	10.905	Unid.	(Levantamento de campo/2003)
Déficit Urbano	15,01	%	(IBGE/2000)
Sistema de esgoto	não há		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE MANACAPURU



Com uma área de 7.062 Km² e localizado à margem esquerda do Solimões, a apenas 80km de Manaus, é considerado o centro da sub-região do Rio Negro/Solimões. A sede do município é pequena, porém dotada de uma significativa infra-estrutura, cercada por paisagem, onde se encontram lagos, rios e fazendas.

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, formada pelas expressões Manacá (planta brasileira da família das *dicotiledôneas gamopítalas*, que em tupi significa Flor e Puru = matizado, ou seja, Flor Matizada).

Sua economia baseia-se na pecuária de corte e na agricultura, com produção de mandioca, maracujá, milho, melancia, cupuaçu, feijão e hortaliças, aproveitando as terras da várzea e terras mais altas:

Pecuária: criação de bovinos, suínos, eqüinos.

Agricultura: culturas temporárias; mandioca, malva, arroz, milho, cana-de-açúcar, feijão, batata-doce, juta. culturas permanentes; abacaxi, abacate, banana, manga, laranja, limão.

Avicultura: restrita ao criatório de galinhas, patos e perus, para consumo familiar, sem representatividade econômica.

Pesca: Artesanal, com órgão representativo da classe a Colônia de Pesca Z-9. Peixes: tambaqui, jaraqui, tucunaré, dourado, etc. A produção destina-se ao consumo local e a capital do Estado.

Piscicultura: existem vários viveiros de peixes, com grande quantidade de alevinos.

Extrativismo Vegetal: concentra-se principalmente na borracha, madeira, gomas não elásticas, castanha, óleo de copaíba.

Indústrias: extração de minerais, produção de minerais não metálicos, metalurgia, material elétrico e de comunicação, material de transporte, madeira, mobiliário, borracha, perfumaria, sabões e velas, têxtil, produtos alimentares, editorial e gráfica, serviços de utilidade pública (energia).

Setor Terciário: Hotéis, restaurantes, comércios atacadistas e varejistas, bancos, prestação de serviço, turismo.

O município realiza a Festa de São Pedro do Miriti, Festa de Santo Antônio, Festival da Ciranda, o aniversário (16/07) e o carnaval de rua.

Área		7.329,2	Km ²	(IBGE)
Distância/Manaus	Fluvial:	88	Km	(IBGE)
	Aérea:	70	Km	(IBGE)
	Terrestre	84,00	Km	(IBGE)
População	Urbana:	47.662	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	26.033	hab.	(IBGE/2000)
	2000 Total:	73.695	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		81.518	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		10,05	Hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		3,16		(IBGE/2000)
IDH		0,663		(IBGE/2000)
Classificação IDH		3.555		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	20.402	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	9.231	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		191		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		937	Alunos	(UEA/UFAM/2002)
Eleitores		45.443		(TRE/2004)
Número de leitos – total		54		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		1.077		Junta Comercial /AM – 2005
Produto Interno Bruto – PIB		187,70	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.412,34	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos		Mandioca, malva, juta, milho, pescado, bovino, suíno, ovinos, aves e ovos de galinha		

Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:	8.835	Dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	COSAMA		
Volume Produzido	150	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento	150	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação	1.390	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações	3.191	Unid.	SAAE
Déficit Urbano	28,00	%	(IBGE/2000)
Sistema de esgoto	não há		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO



O município de Presidente Figueiredo, assim denominado em homenagem ao primeiro presidente da Província do Estado do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, foi criado em 10 de dezembro de 1981. Suas origens se prendem principalmente a Novo Airão e Itapiranga, dos quais foi desmembrada a maior parte do território, bem como a Manaus, cuja vizinhança foi fator influente no desenvolvimento da região, pois é cortado, no sentido Sul-Norte, pela Rodovia Federal BR-174 (Manaus/AM – Boa Vista/RR), rodovia que está totalmente pavimentada com boas condições de tráfego.

O Bioma Amazônia, que abriga a maior floresta do mundo, também insere um módulo continental de incomparáveis monumentos cênicos; esta região localiza-se no município de Presidente Figueiredo.

De acordo com estudos científicos, cerca de 3.000 km², estão assentados sobre rochas areníticas de origem marinha, daí o reconhecimento como “Amazônia marinha”, responsável pela formação de dezenas de cachoeiras, corredeiras, cavernas e grutas. O relacionamento

Homem/ Natureza foi tão expressivo na região que é possível encontrar sítios arqueológicos de mais de 2000 anos.

Seus aspectos sócio-econômicos baseiam-se principalmente na exploração mineral, extrativismo e turismo com uma forte tendência a exploração racional dos recursos naturais.

Pecuária: Criação de bovinos, caprinos, eqüinos, e suínos.

Agricultura: Culturas Temporárias – mandioca, macaxeira, arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar. Culturas Permanentes – abacaxi, melancia, abacate, banana, laranja, mamão, cupuaçu, pupunha.

Avicultura: Restrita ao criatório de galinhas, para consumo familiar.

Pesca: Concentra-se na Vila de Balbina, no grande lago que a hidrelétrica formou e no próprio rio Uatumã. Criação de alevinos em açudes. Existe colônia de pescadores que se dedicam à pesca do tucunaré.

Extrativismo Vegetal: Extração de Madeira;

Extrativismo Mineral: pedras, minérios de cassiterita e estanho;

Reservas Minerais: columbita, tantalita, criolita e ziconita.

Indústrias: serrarias, guaraná, destilaria, álcool e aguardente. Gelo e serviços de utilidades públicas (energia).

Setor Terciário: Hotéis, restaurantes, comércios atacadistas e varejistas, banco, prestação de serviços, turismo.

Observa-se que a população tem uma tendência mais rural que urbana, pois são mais de 30 (trinta) comunidades distribuídas ao longo das rodovias BR-174 e AM-240, com uma carência por equipamentos públicos comunitários, do tipo: escolas, sistemas de tratamento de água e esgoto, ou seja, infra-estrutura básica. Outra carência é a oferta de emprego e geração de renda, decorrentes de uma falta de interação dos setores primários, secundários e terciários existentes no município.

Área		25.422.2	Km ²	(IBGE)
Distância/Manaus	Fluvial:	-	Km	(IBGE)
	Aérea:	107	km	(IBGE)
População	Urbana:	8.407	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	8.987	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	17.394	Hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		22.273	Hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		0.88	Hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		11,21		(IBGE/2000)
IDH		0,741		(IPEA/2000)
Classificação IDH		2123		(IPEA/2000)

Educação Básica	Urbana	4.872	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	4.077	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		40		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		195		(UEA/ UFAM/2002)
Eleitores		13.601		(TRE/2004)
Número de leitos – total		28		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		709		Junta Comercial /AM – 2005
Produto Interno Bruto - PIB		52,87	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.648,73	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Cana-de-açúcar, laranja, coco, milho, banana, pescado, bovinos, suínos, ovinos, aves e ovos de galinha			
Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Ministério das Cidades (PMSS)			
Número de domicílios:		2.270	dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos			
Volume Produzido		29,5	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento		29,5	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação		300	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações		1.600	Unid.	(Levantamento de campo/2003)
Déficit Sede		17,09	%	(Levantamento de campo/2003)
Sistema de esgoto		Parcial		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA

O município de Rio Preto da Eva está situado na margem esquerda do rio Amazonas, a 60km de distância de Manaus em linha reta, com uma altitude de 21m acima do nível do mar. Rio Preto da Eva faz divisa com os municípios de Itapiranga, Itacoatiara, Manaus e Presidente Figueiredo. As coordenadas geográficas da sede são: 03° 07'06'' latitude Sul e 59° 41'56'' longitude oeste.

No município o clima predominante é o tropical, do tipo quente e úmido, com ocorrências de chuvas no decorrer do ano e uma estação seca de pequena duração. Tanto a temperatura como a precipitação sofre um mínimo de variação anual e mantém-se em nível elevado. A temperatura média é de 25°C. Os meses mais quentes do ano são agosto, setembro, outubro e novembro. A precipitação pluviométrica anual é de 2.316 mm, sendo julho o mês mais seco do ano, com uma média de chuvas em torno de 50 mm. A umidade relativa do ar varia de 85% a 90%.

Os solos predominantes na área compreendida pelo município de Rio Preto da Eva são os do tipo Latossolos Vermelho Amarelo Distróficos e com categoria Hidromórfica. Estes solos são de baixa fertilidade, com características arenosas, apresentando elevado índice de permeabilização.

Embora a fertilidade desse solo seja baixa, apresenta condições físicas boas, prestando-se para a exploração de culturas de ciclo longo, como guaraná e dendê e também culturas de ciclo curto como mandioca e cana-de-açúcar, desde que sejam aplicados insumos apropriados e adotadas práticas adequadas de manejo.

O relevo da área apresenta-se, de maneira geral, como plano e com leve ondulação, contendo algumas planícies aluviais, periodicamente inundadas. A topografia é semiplana, representada predominantemente pela unidade Morfoestrutural da Planície Amazônica.

É uma região de terra pouco elevada, que recobre ecossistemas contendo grandes variações quanto a biomassa vegetal, animal e a seu aproveitamento agrícola.

A rede hidrográfica do município pertence à bacia do rio Negro, que tem como afluente o rio Preto além dos rios Urubu, Uatumã e vários outros igarapés que cortam a área em vários sentidos com sistemas de águas pretas e brancas.

O município apresenta uma cobertura vegetal constituída por uma Floresta Pluvial Tropical, caracterizada pelo contato das Formações Pioneiras, com florestas que mostram um dossel fechado e uniforme, com espécies arbóreas variadas de porte mediano (com altura entre 25 m e 35 m) e por vezes interrompida pela floresta aberta com palmeiras.

Ocorrem na área do município de Rio Preto da Eva, várias espécies de animais que estão incluídos na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, como por exemplo, guaruba - *Guaruba guarouba*, cachorro-do-mato-vinagre - *Speothos venaticus*, gavião real - *Harpia harpyja*, mutum-pinima - *Crax fasciolata pinima*, onça pintada - *Panthera onca*, gato maracajá - *Felis wiedii*, lontra - *Lutra longicaudis*, ariranha - *Pteronura brasiliensis*, tatu canastra - *Priodontes maximus* e tamanduá bandeira - *Myrmecophaga tridactyla*. Destacam-se também espécies da avifauna como a Cigana - *Opisthocomus hoazin*, além de araras - *Ara sp* e papagaios - *Amazona aestiva*.

O município de Rio Preto da Eva está dividido em 42 comunidades com uma população total de 21.166 habitantes. Não existe registro de população indígena, somente relatos sobre um grupo isolado na zona rural, mas descaracterizado culturalmente. Há um predomínio da população rural com um percentual de 56,6% e um notório equilíbrio entre a população feminina e masculina, tanto no meio urbano, quanto rural. No período de 1996 a 2000, Rio Preto da Eva teve um crescimento anual de 20,41 % com uma densidade demográfica de 3,78 hab./Km².

No calendário cultural de Rio Preto da Eva, registram-se manifestações folclóricas, artesanato, literatura regional, poesia, artes e música. Dentre as festas cívicas, religiosas e folclóricas destacam-se o aniversário da cidade, a festa de São Pedro (o padroeiro da cidade),

o Festival da Canção de Rio Preto da Eva – FECARPE, realizado em março e a Festa da Laranja, que contribui para divulgar o Município e aumentar o fluxo turístico.

O acesso ao Município ocorre por via terrestre rodoviária, pela Rodovia AM-010, acessível durante todo o ano. Os ônibus partem de Manaus com destino a Rio Preto da Eva em diferentes horários com tempo de duração de uma hora.

A estação rodoviária, localizada na entrada da cidade, encontra-se em precário estado de conservação e fora dos padrões da vigilância sanitária sem serviços de atendimento ao turista, oferece os serviços básicos (bar, lanchonete, toailete, telefone). Na cidade não existem serviços de táxi, para fazer o transporte dos cidadãos, devido a pequena extensão do meio urbano.

A rede de distribuição de água atende 75% dos domicílios localizados na sede municipal. A água é originada de poços artesianos e tratada através de decantação e cloro com funcionamento de 24h. A rede de abastecimento de água tem uma extensão de 5.000 m, com produção de 1.086 m³ e consumo em torno de 977,4 m³ de água.

A rede de drenagem de águas pluviais cobre 80% da zona urbana. Não existe rede de coleta de esgoto, sendo que 60% dos domicílios da sede possuem fossas sépticas.

A coleta do lixo é diária, sendo depositados em um aterro sanitário simples, situado a dois quilômetros da área urbana, mas sem seleção dos mesmos. A sede possui lixeiras nos principais locais públicos, mas em quantidade insuficiente e há pouca sinalização referente à limpeza pública.

O Município está ligado à rede da Usina Hidrelétrica de Balbina (Eletronorte/Ceam), que se encontra subdimensionada e distribui energia com baixa voltagem. A rede abastece Rio Preto da Eva do Km 80 até o Km 128 da rodovia AM-010, o Alto e Baixo Rio e os ramais de Água Verde e Nova Jerusalém com cerca de 1947 consumidores.

O sistema de telefonia fixa no município esta sob a responsabilidade da Telemar. O núcleo urbano dispõe de três telefones públicos e de 729 linhas telefônicas particulares, permitindo o acesso à Internet com bastante dificuldade e no meio rural dispõe de 10 postos telefônicos. O Município conta com duas emissoras de rádio e dois canais de televisão, retransmissoras a rede Globo e SBT, além dos canais captados por satélite, 01 agência dos correios e 01 agência bancária.

O sistema de segurança do município se constitui de 02 delegacias com capacidade para aproximadamente 30 detentos e 15 policiais entre civis e militares para realizarem a segurança do lugar. Não há boxe de policiamento no município.

Um fator preocupante no município é evasão escolar, provocada principalmente em razão dos pais serem “caseiros” nos sítios e fazendas da região, com grande rotatividade de empregos. A rede pública de ensino está composta pela rede estadual de Ensino sob a Coordenação da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e a rede Municipal de ensino através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SEMECD.

A população de Rio Preto da Eva conta para seu lazer com clubes. Por ser cortada por inúmeros igarapés a população conta com diversos locais para “banhos”, inclusive o balneário público localizado na sede do município.

Área		5.813,2	Km ²	(IBGE)
Distância/Manaus	Fluvial:	-	Km	(IBGE)
	Terrestre:	79	Km	(IBGE)
População	Urbana:	6.232	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	11.350	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	17.582	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		22.820	Hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		3,02	Hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		11,48		(IBGE/2000)
IDH		0,677		(IBGE/2000)
Classificação IDH		3.337		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	3.8430	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	1.359	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		30		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		50		(UEA/2002)
Eleitores		10.895		(TRE/2004)
Número de leitos – total		27		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		250		Junta Comercial /AM – 2005
Produto Interno Bruto - PIB		39,72	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		1.953,16	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Mandioca, laranja, banana, pescado, bovinos, suínos, ovinos, aves e ovos de galinha			
Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)			
Número de domicílios:		2.773	dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	COSAMA			
Volume Produzido		59,11	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento		59,11	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação		400	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações		652	Unid.	(COSAMA/2003)
Déficit Sede		36,68	%	(Levantamento de campo/2003)
Sistema de esgoto		Não há		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE FONTE BOA

O município de Fonte Boa possui somente 6 produtores dedicados ao cultivo de peixes. O principal sistema de cultivo adotado é o viveiro de barragem, onde os peixes são criados em regime de cultivo extensivo, entretanto, a Prefeitura local apoiou o processo de assistência técnica privada, para a elaboração de projetos aquícolas, o que resultou na perspectiva de mais 17 produtores, que foram financiados pela AFEAM e estão em fase de instalação de seus projetos (12 barragens e 5 em canal de igarapé).

As espécies de peixes cultivadas no município são: o tambaqui e o matrinxã. Além da perspectiva da implantação de projetos para o cultivo de peixes em tanques-rede, com destaque para o cultivo do pirarucu.

A área de cultivo atual é de 25ha, com produtividade estimada para 7,5 ton/ha e a perspectiva para 80ha de área alagada em 2006 e um potencial produtivo estimado em 180 ton/ano.

Atualmente nenhum produtor possui registro no IBAMA ou IPAAM, mas os técnicos (Engenheiros de Pesca) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa - IDSFB estão elaborando projetos para a regularização dos mesmos. O IDSFB tem como Presidente o Sr. José Maria Damasceno (97-3423-1733) e o Gerente do IDAM local e o Sr. Germano Nogueira de Lima (97-3423-1893).

Ressalta-se que o IDSFB futuramente pretende implantar tecnologias de criação de quelônios e de jacarés aliadas ao manejo dos mesmos, como já vem acontecendo com os peixes.

Os principais entraves para o desenvolvimento do setor são: o laboratório de reprodução induzida de peixes que necessita de equipamentos, o elevado custo da ração e a associação de produtores aquícolas ainda desestruturada.

O ponto positivo é que os produtores atuais contam com o apoio da SEPROR, que já direcionou 500.000 pós-larvas de tambaqui entre 2003 a 2005.

Estruturas de apoio

- Um total de 15 câmaras frigoríficas particulares. (1 – capacidade para 140 toneladas e as outras em média de 20 a 30 toneladas). Funcionando.
- Uma fábrica de gelo em escama com capacidade para 12 toneladas/dia na ativa. Adquirida pela prefeitura, parceria com o Governo Estadual.

- Um Terminal de Passageiros, Cargas e Entreposto de Pescado, com 30 metros de comprimento por 9 metros de boca, com 1,40 metros de pontal, contendo 3 (três) câmaras frigoríficas para 10 toneladas/cada e 1 (uma) Fábrica de Gelo em escama com capacidade para 3 toneladas/dia. (SUFRAMA / PREFEITURA / CON. 064/00). PARADA.

MUNICÍPIO DE MANAQUIRI

A População Total do Município era de **12.711,00 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **3.975,76 km²** representando **0,25 %** do Estado, **0,10 %** da Região e **0,05 %** de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,66 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).



Área Territorial: **3.975,76 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1985**

Microrregião: **Manaus**

Mesorregião: **Centro Amazonense**

Altitude da Sede: **48,00 m**

Distância à Capital: **60,25 Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

As origens do município se prendem à do Careiro. O povoamento da região ganha impulso a partir de 1977, quando para ali fluem grandes levas de nordestinos. Com o desenvolvimento local, em 1938, é criado o Distrito do Careiro como parte do Município de Manaus. Em 1955, Careiro é desmembrado, passando a constituir município autônomo.

Em sua estrutura administrativa figuram os seguintes subdistritos: Careiro, Curari, Garupá, Mamori, Janauacá, São Joaquim e Manaquiri. Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº. 12, o subdistrito de Manaquiri, acrescido de outros territórios também do Careiro e mais áreas contíguas de Manacapuru e Borba, passa a constituir município autônomo de Manaquiri.

Características

Setor Primário

- Agricultura: Destaque para a mandioca, na fabricação da farinha. A produção de gênero alimentício é ainda insuficiente, com o cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutos regionais.
- Pecuária: O criatório bovino consiste, sobretudo, na criação de nelores e Guzerá. A suinocultura é voltada para o abate e consumo. A criação dos porcos é em quintais, para o consumo familiar. Existe pequenas quantidades de caprinos.
- Pesca: pescado capturado por barcos pesqueiros de Manaus e regiões circunvizinhas.
- Avicultura: possui criatório de galinhas, frangos e patos, com características de uso doméstico.
- Extrativismo vegetal: destaca-se a madeira, sobretudo o louro, Angelim e jacaraúba, açaí, essência de pau-rosa, além de frutas regionais como pupunha, abacaba, patoá, tucumã, maracujá do mato, mari e uichi.

Setor Secundário

- Indústrias: serrarias, fábrica de gelo, agroindústria de extração de óleos e olaria

Setor Terciário

- Comércio: varejista e atacadista.
- Serviços: agência bancária, hotéis e pensões.

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – 1991 E 2000		
População	Anos	
	1991	2000
Urbana	2.391	4.165
Rural	8.327	8.546
Taxa de Urbanização %	22,31	32,77
TOTAL	10.718	12.711

DESCRIÇÃO	ANOS	
	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,585	0,663
Educação	0,545	0,761
Longevidade	0,640	0,670
Renda	0,571	0,558

PRODUTO	UNIDADE	HECTAR	QUANTIDADE	Nº DE COMUNIDADES
Mandioca	t	290	2.946	124
Laranja	Mil f	100	3.500	
Tangerina	Mil f	42	1.680	
Mamão	Mil f	80	960	
Caprinos	Cabeça	-	602	
Bovinos	Cabeça	-	23.317	
Suíños	Cabeça	-	9.455	
Ovinos	Cabeça	-	3.502	
Aves	Cabeça	-	44.354	
Bubalinos	Cabeça	-	116	

MUNICÍPIO DE MANAUS



Localizado próximo ao Encontro das Águas, na margem esquerda do Rio Negro, é a sede do Estado, numa área de 11.401,1 km². Seus limites são:

Norte: Município de Presidente Figueiredo	Sul: Município de Iranduba e Careiro
Leste: Município de Itacoatiara e Rio Preto da Eva	Oeste: Município de Novo Airão

Apresenta um clima equatorial quente e úmido, com temperaturas elevadas (mínima 18°C e máxima 38°C) na maior parte do ano, só aliviadas pelos altos índices pluviométricos (superior a 2.000) no inverno local (novembro a abril). O verão ou período de estiagem vai de maio a outubro. Em janeiro de 1995, por exemplo, choveu o equivalente a 530 mm. Estas são as duas estações do ano que, embora tenham suas características próprias, não costumam se definir com precisão sua ocorrência, já que chove e faz calor o ano todo.

A topografia é marcada por terras planas com pequenas ondulações, que separam as porções de terras firmes, onde aparecem algumas vezes elevados barrancos.

Sua história oficial tem início em 24 de outubro de 1848, quando, pela lei nº 145, da Assembléia Provincial do Pará, recebeu o título de cidade da Barra do Rio Negro. Seis anos depois da elevação do território amazonense à categoria de Província do Pará (5 de setembro de 1850), seu nome foi alterado definitivamente para Manaus (4 de setembro de 1856). A partir daí, a sua história estará ligada à expansão dos períodos econômicos que viveu, como o ciclo da borracha e da Zona Franca de Manaus (ZFM).

No primeiro período, sua infra-estrutura foi marcada pela arquitetura importada da Europa, que desenhou e construiu prédios imponentes, como o da Alfândega, o Palácio da Justiça, o Mercado Municipal, o Reservatório D'água (estrutura de ferro de Glasgow), os sobrados portugueses, entre outros. Ganhou também um porto flutuante e diversas pontes

construídas pela engenharia inglesa. Logo a chamaram de cidade risonha, pelos seus traçados e vistosos edifícios, em avenidas e de viajantes, turistas, poetas, boêmios, etc, que se deslumbravam com o seu progresso.

No segundo período, marcado pela criação da ZFM, ocorreu a construção de novos e belos edifícios, acompanhando o crescimento comercial, industrial e turístico da cidade. Apesar de muito distante do litoral, no coração da Amazônia, somou uma infra-estrutura que passou a ser servida pela iniciativa pública e particular (luz, telefone, ônibus, aviação, restaurantes, hotéis, etc.).

Hoje, Manaus continua se transformando com as novas construções, reformas e implantação de novas opções de turismo, diversão e lazer, com shoppings centers, viadutos, centro de convenções, praças, supermercados, casas de shows, diversos museus, o zoológico do CIG`S, a praia da Ponta Negra, etc.

Sua economia baseia-se no setor secundário (indústrias), seguido do setor terciário (comércio e turismo) e menos expressivo o setor primário (extrativismo vegetal, pesca, pecuária de corte e leiteira, piscicultura, agricultura de produtos hortifrutigranjeiros).

Área		11.401,1	Km ²	(IBGE/2000)
População	Urbana:	1.396.768	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	9.067	hab.	(IBGE/2000)
	2000 Total:	1.405.835	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		1.592.555	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		123,31	hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento				
IDH		0,774		(IBGE/2000)
Classificação IDH		1.194		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	548.040	alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	8.424	alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		680		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		7.398	Alunos	(UEA/UFAM/2002)
Eleitores		908.450		(TRE/2004)
Número de leitos – total		2.694		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		42.798		Junta Comercial /AM - 2004
Produto Interno Bruto - PIB		18.402,91	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		12.235,95	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Motocicleta, telefone celular, tv em cores, aparelhos de som, monitores de vídeo, dvd player, mandioca, laranja, dendê, banana, pescado, bovinos, suínos e aves.			
Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)			
Número de domicílios:			Dom	
Cobertura – Água	Águas do Amazonas			

Volume Produzido	240.648.000	m ³	Águas do Amazonas / 2001
Tratamento			
Estação de tratamento de água 1	9.327.204	m ³ /mês	Águas do Amazonas / 2001
Estação de tratamento de água 2	9.235.732	m ³ /mês	
Estação de tratamento do Mauazinho	724.580	m ³ /mês	
Volume de reservação	114.732	m ³	Águas do Amazonas / 2001
Nº de ligações	234.042	Unid.	Águas do Amazonas / 2001
Poços	117		Águas do Amazonas / 2001
Metros de rede	2.200	km	Águas do Amazonas / 2001

MUNICÍPIO DE IRANDUBA

O município de Iranduba possui 34 Aqüicultores, com área de criação estimada em 50ha de lâmina d'água, subdivididas unidade de cultivo com sistema de barragem, tanques-escavados (3 ha), canal de igarapé e tanques-rede (45 unidades). As principais espécies cultivadas na região são a matrinxã e o tambaqui e em 2005, a produção total dessas espécies foi de 300 ton, com estimativas de 1000 ton para 2006.

Os produtores estão organizados em uma Associação de Piscicultores, presidida pelo Sr. Edson Barros (92-3245.1226 / 9982.8042) e contam com a assistência técnica do IDAM local, que o SR. Ari Batista da Costa (92-3367.1155) na gerencia.

Esses produtores receberam o apoio do governo do estado, por intermédio a SEPA/SEPROR, que cedeu no ano de 2005 cerca de 60.000 alevinos e 1.000.000 pós-larvas de tambaqui e até outubro de 2006, uma estimativa de 13.500 alevinos de matrinxã e 1.350.000 pós-larva de tambaqui.

Entres os problemas do setor, se destacou a falta de recursos é um fator limitante a expansão da atividade, pois até o momento somente 3 produtores receberam financiamento e a ilegalidade perante os órgão fiscalizadores da atividade, pois somente 4 produtores possuem registro no IPAAM..

O principal mercado da produção local é a cidade de Manaus

Estruturas de apoio

Dois frigoríficos particulares: IRANDUBA Frigorífico de Pescados Ltda, com capacidade para estocagem de até 1.200 toneladas e Frigorífico DOURADO Ltda, com capacidade para estocagem de até 700 toneladas.

MUNICÍPIO DE TEFÉ

Considerado o centro da sub-região do Triângulo Jutai/Solimões/Juruá, este município tem um território de 22.904 quilômetros quadrado e uma população de 61. 732 habitantes. Situa-se à margem direita do Solimões, distante a 663 Km de Manaus por via fluvial e 516 Km linha reta.

Nascido do Ato nº 29, de 14 de novembro de 1930, o município apresenta uma economia voltada para o extrativismo vegetal, pesca e agricultura, com produção de mandioca, grãos e produtos tropicais.

No rio Tefé, encontra-se um porto terminal da PETROBRÁS, para realizar o escoamento de petróleo da região produtora do rio Urucu, que no verão não tem condições de navegabilidade contínua. Um oleoduto de 57 km liga a área produtora ao porto no rio Tefé, navegável durante todo o ano. Daí até a REMAN, as balsas percorrem 991 km, em viagens de cerca de oito dias de duração.

A cidade liga-se a Manaus também por via aérea e possui uma considerável estrutura, pois apresenta assistência médico-hospitalar, energia, serviços de comunicações, hotéis, escolas, etc. Além disso, tem seu calendário festivo o aniversário (15/06), o Festival Folclórico, a Festa da Castanha e a festa de Santa Tereza D'Ávilla (padroeira).

MUNICÍPIO DE MANICORÉ

Com seus 65.633 quilômetros quadrado e uma população de 39.401 habitantes, este município é o centro da Sub-região do Madeira.

A agricultura representa a base da economia de Manicoré. É considerado o maior produtor de melancia do norte do Brasil, tendo uma produção em média de milhões de frutos. Completam este setor as produções de frutas tropicais e regionais e hortaliças em geral. O extrativismo vegetal, a pesca e a pecuária também são atividades importantes no município.

Seus principais eventos, conforme o calendário de eventos são: Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores, Festa do Milho, Festa do Açaí, Festa do Mel e Festival Folclórico.

MUNICÍPIO DE PARINTINS



Situado a 420 km a leste da cidade de Manaus por via fluvial, na margem direita do rio Amazonas, no arquipélago das ilhas Tupinambaranas, banhadas também pelo Paraná do Ramos, é considerado o centro sub-regional do Baixo Amazonas. Diariamente, barcos regionais (transporte mais usado pela população local), com capacidade média para 200 passageiros acomodados em redes, camarotes e suítes, aportam no cais flutuante procedentes de Manaus (18h descendo e 25h subindo o Rio Amazonas).

Estando a 50 metros acima do nível do mar; seu clima  quente e úmido, com temperaturas mdias de 35 C e a umidade relativa do ar chega a 85%. Inverno de dezembro a maio e verão de junho a novembro. Possui vegetação tpica da Amazônia, composta por mata de várzea e de terra firme, com uma pequena serra (serra de Parintins – 152m) que faz divisão entre o Amazonas e o Pará.

Por suas riquezas naturais e culturais e sua posição geográfica, vem se consagrando como ponto de parada de navios que se dirige a Belém ou a Manaus. Apresenta boas possibilidades econmicas, destacando-se a pecuária de corte e leiteira (bovina e bufalino) e as produções de mandioca, melncia, milho, cana-de-açúcar, feijão, frutas regionais e cítricas, acrescenta-se também as produções de pau-rosa, borracha, castanha, puxuri, copaíba e madeira no extrativismo.

Pecuária –  a atividade de maior peso 75% no setor primário. Com a criação de bovinos, vindos a seguir suínos. A produção de carne e de leite destina-se ao consumo local e exportação para outros municípios.

Agricultura – junto com a pecuária, completa a formação dos 25%. Culturas temporárias: mandioca, arroz, feijão, milho, batata doce, fumo. Culturas permanentes: café, pimenta-do-reino, abacaxi, melão, melncia, abacate,coco, caju, laranja, limão e tangerina.

Avicultura – restrita ao criatório de galinhas, perus, patos, gansos, marrecos, para consumo familiar, sem representatividade econômica.

Pesca – um dos principais entrepostos de pesca no estado, tanto para consumo local, como para exportação para outros municípios.

Extrativismo – borracha, madeira, cumaru, óleo de copaíba e puxiri.

Indústrias – esquadrias metálicas, peças metálicas, gelo, redes e tapetes, beneficiamento de malva, juta, beneficiamento do arroz, moinho de café, estaleiros, serrarias, olarias, serviço de utilidade pública (energia).

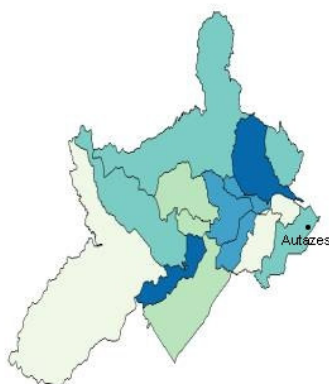
Setor Terciário – Hotéis, restaurantes, comércio atacadistas e varejistas, boates, bancos, turismo.

Hoje, como maior centro urbano depois da Capital, Parintins se desenvolve, enaltecendo seus grandes artistas (poetas, artesãos, pintores...), que através das reminiscências da época indígena, ajudam a construir um futuro em harmonia. No mês de junho, de 24 a 30, ocorre o Festival folclórico de Parintins, palco da maior manifestação cultural do Norte do Brasil, com uma belíssima apresentação dos Bois-Bumbás Caprichoso e Garantido. Em Julho, acontece a Festa de Nossa Senhora do Carmo, de 06 a 16, homenageando a padroeira do município.

Área		5.952,3	Km ²	
Distância/Manaus	Fluvial:	370	Km	(IBGE)
	Aérea:	325	km	(IBGE)
População	Urbana:	58.125	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	32.025	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	90.150	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		105.002	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		15,15	Hab/ km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		3,79		(IBGE/2000)
IDH		0,696		(IBGE/2000)
Classificação IDH		3.053		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	28.791	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	9.635	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		192		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		1.842		(UEA/ UFAM/2002)
Eleitores		48.286		(TRE/2004)
Número de leitos – total		57		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		1.185		Junta Comercial /AM - 2005
Produto Interno Bruto - PIB		231,18	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.360,00	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Mandioca, banana, milho, cana-de-açúcar, pescado, bovinos, suínos, ovinos, aves e ovos de galinha			

Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:	10.803	Dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		
Volume Produzido	362	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento	0	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação	590	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações	14.512	Unid.	(SAAE -2002)
Déficit Urbano	10,94	%	(IBGE/2000)
Sistema de esgoto	em obras		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE AUTAZES



No ano de 1955, através da Lei Estadual nº96, o antigo distrito de Ambrósio Ayres, com território desmembrado dos municípios de Itacoatiara e Borba, passa a constituir o município autônomo de Autazes. E. 03.03.1956, o município de Autazes é instalado definitivamente.

Caracterização do Território

- Área: **7.632,1 km²**
- Densidade Demográfica: **3,2 hab/km²**
- Altitude da Sede: **36 m**
- Ano de Instalação: **1.985**
- Distância à Capital: **112,5 km**

- Microrregião: **Manaus**
- Mesorregião: **Centro Amazonense**

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – 1991 e 2000		
População	1991	2000
Urbana	6.363	10.150
Rural	10.744	14.195
Taxa de Urbanização %	37,20	41,69
Total	17.107	24.345

No período 1991-2000, a população de Autazes teve uma taxa média de crescimento anual de 4,16%, passando de 17.107 em 1991 para 24.345 em 2000.

A taxa de urbanização cresceu 12,09, passando de 37,20% em 1991 para 41,69% em 2000.

Em 2000, a população do município representava 0,87% da população do Estado, e 0,01% da população do País.

ESTRUTURA ETÁRIA – 1991 e 2000		
Idade	1991	2000
Menos de 15 anos	8.308	10.792
15 à 64 anos	8.090	12.495
65 anos e mais	709	1.058
Razão de Dependência	111,5%	94,8%

A renda per capita média do município diminuiu 15,54%, passando de R\$ 103,74 em 1991 para R\$ 87,62 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) cresceu 2,99%, passando de 72,7% em 1991 para 74,8% em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,68 em 1991 para 0,66 em 2000.

Evolução 1991-2000

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Autazes cresceu 8,36%, passando de 0,610 em 1991 para 0,661 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 84,1%, seguida pela Longevidade, com 35,1% e pela Renda, com -19,2%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, $1 - \text{IDH}$) foi reduzido em 13,1%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 35,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 17,0 anos para alcançar Manaus

(AM), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,774).

Situação em 2000

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Autazes é 0,661. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8)

Em relação aos outros municípios do Brasil, Autazes apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3582ª posição, sendo que 3581 municípios (65,0%) estão em situação melhor e 1925 municípios (35,0%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Autazes apresenta uma situação boa: ocupa a 19ª posição, sendo que 18 municípios (29,0%) estão em situação melhor e 43 municípios (71,0%) estão em situação pior ou igual.

DATAS FESTIVAS	DATA
Festa do Padroeiro São Joaquim	16 de agosto
Festa do Leite	Outubro
Festival Folclórico	23 à 25 junho
Festa da Instalação do Município	03 de março

MUNICÍPIO DE NHAMUNDÁ

População Total do Município era de **15.355 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **14.105,62 km²** representando **0,90 %** do Estado, **0,37 %** da Região e **0,17 %** de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,66 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)



Área Territorial: **14.105,62 km²**
Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1955**
Microrregião: **Parintins**
Mesorregião: **Centro Amazonense**
Altitude da Sede: **25,00 m**
Distância à Capital: **381,46 Km**
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

As origens da sede municipal remontam ao início das penetrações do rio Nhamundá, ocorrido nas primeiras décadas do séc. XVII, os índios foram os primeiros habitantes - Uabuís, Cunuris e Guaicaris, com aldeia denominada Faro. Em 1.758 ocorre sua elevação à vila. Na divisão administrativa do Brasil de 1911, aparece como integrante do Município de Parintins, volta a dispor de um outro distrito, além da sede, o de ilha das cotias. Em 19.12.1955, pela Lei Estadual no. 96, o Distrito de Ilha das Cotias é desmembrado de Parintins e passa a constituir o município autônomo de Nhamundá. Em 31.01.1956 instala-se o novo município.

O Município de Nhamundá está localizado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas, limitando com os Municípios de Parintins e Urucará no Amazonas, com o Estado de Roraima (Norte) e com os Municípios de Fátima e Terra Santa do Estado do Pará. Distância da Capital 375 KM, em linha reta, e cerca de 577 KM por via fluvial. Sua altitude é de 50 M acima do nível do mar. Sua população é pouco mais de 20.000 hab., sendo 60% (sessenta por cento) deste total do sexo feminino.

Tendo na atividade agropecuária e pesqueira, algumas de suas principais fontes econômicas. Possui agência bancária, agência da TELEMAR, hospital, hotel, pensão, diversos

bares, restaurantes e lanchonetes, casas noturnas, postas de combustíveis e porto cais flutuante moderno.

A Sede está recebendo reestruturação urbanística, através de parceria da Prefeitura Municipal com o Governo do Estado, está sendo possível à construção de um moderno aeroporto, além da duplicação da principal via que circunda a frente da cidade e a implementação da re-arborização das principais ruas e avenidas.

Quem chega a Nhamundá tem logo um primeiro contato com a beleza da fauna e flora dos Parará de acesso fluvial, Cabory e Jacaré. O primeiro recebe as águas do rio Amazonas, que se estende pelo Parará do Aduacá, que, por sua vez, encontra-se com as águas do Rio Nhamundá, formando assim um belíssimo espetáculo tão conhecido, o encontro das águas, acerca de 02 KM da cidade de Nhamundá. Quem prefere ir de lancha ou deslizadores, a partir de Parintins, se defronta com as belezas naturais dos lagos Macuricanã, Uruá e Xixiá. Além desses temos o lago de Faro, tendo as águas do Rio Nhamundá, no seu curso natural, como divisor entre os dois Estados e três Municípios (Nhamundá/AM, Faro e Terra Santa/PA).

O ponto turístico principal localiza-se a margem direita do Rio Nhamundá, a 45 min., em lancha de 40 HP, o monte YACY-UARUÁ (Espelho da Lua), o habitat das Amazonas, tribo de mulheres guerreiras, que deu origem ao nome do Estado, após defrontarem-se com o conquistador espanhol Francisco Orellana e sua expedição na foz do Rio Nhamundá, em 1547.

Outro ponto pitoresco trata-se da lha do Papagaio (com projeto de transformar-se em unidade de conservação) e das praias do Juruá e Daguary.

A Praia da Liberdade é o cartão postal da cidade, é local onde se realiza todo o evento, onde possui o Anfiteatro Municipal o palco dos principais espetáculos e uma quadra poliesportiva com arquibancada, ambos dotados com banheiros públicos localizado próximos à praia da Liberdade.

Maneiras de chegar até Nhamundá: Barcos vindo de Manaus: Cid. De Nhamundá, Cap. JC, Cid. Terra Santa, Santana, Vindo de Parintins, Augusto VI, Primor, Tavares Neto, Cel. Tavares, São Vicente.

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – 1991 e 2000		
População	1991	2000
Urbana	4.847	6.308
Rural	8.403	9.047
Total	13.250	15.355

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	ANOS	
	1991	2000
Educação	0,722	0,806
Longevidade	0,599	0,681
Renda	0,500	0,480
Municipal	0,607	0,656

DATAS FESTIVAS	DATA
Festa do Aniversário da Cidade	31 de janeiro
Festa de Santo Antônio	13 de junho
Festival de Verão	25 à 27 julho
Festa de Nossa Senhora da Assunção	08 à 17 de agosto
Festa da Pesca ao Tucunaré	26 à 28 de setembro
Festa do Tucunaré	Setembro

MUNICÍPIO DE UARINI

População Total do Município era de **10.254,00 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **10.246,22 km²** representando **0,65 %** do Estado, **0,27 %** da Região e **0,12 %** de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,60 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)



Área Territorial: **10.246,22 km²**
Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1985**
Microrregião: **Tefé**
Mesorregião: **Centro Amazonense**
Altitude da Sede: **60,00 m**
Distância à Capital: **564,16 Km**
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

Uarini tem sua história vinculada a de Tefé, que remonta à aldeia fundada no fim do séc. XVII pelo jesuíta Samuel Fritz. Até fins do séc. XVIII sucederam-se as disputas entre espanhóis e portugueses pelo domínio do território, só se consolidando a ocupação militar lusitana em 1790.

Como município, Tefé chegou a possuir área de 500.000 km². A partir de meados do séc. XIX, vão-se sucedendo desmembramentos de seu território, para dar origem aos novos municípios de São Paulo de Olivença, Coari, Fonte Boa, São Felipe (atual Eirunepé), Xibauá (atual Carauari), Japurá e Maraã.

Em fins de 1981, Tefé apresentava uma estrutura administrativa em que estavam previstos 5 subdistritos: Tefé, Caiambé, Alvarães, Jarauá, Uarini. Pelos novos desmembramentos determinados pela Emenda Constitucional no. 12 de 10.12.1981, o subdistrito de Uarini passou a constituir município autônomo.

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – 1991 e 2000		
População	1991	2000
Urbana	1.305	3.552
Rural	4.102	6.702
Total	5.407	10.254

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	ANOS	
	1991	2000
Educação	0,608	0,644
Longevidade	0,660	0,664
Renda	0,564	0,489
Municipal	0,611	0,599

DATAS FESTIVAS	DATA
Festejos do Divino Espírito Santo	Maio e Junho
Festa da Farinha	Calendário móvel

MUNICÍPIO DE APUÍ

A População Total do Município era de **13.864,00 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **54.239,90 km²** representando **3,45 %** do Estado, **1,41 %** da Região e **0,64 %** de todo o território brasileiro, temperatura média de 25° C.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,68 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).



Área Territorial: **54.239,90 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1989**

Microrregião: **Madeira - 5º sub-região**

Mesorregião: **Sul Amazonense**

Altitude da Sede: **135,00 m**

Distância à Capital: **455,28 Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

À medida que avançava o povoamento do Vale do Rio Madeira, iam surgindo pólos de desenvolvimento representados pelas atuais cidades de Novo Aripuanã, Manicoré e Humaitá.

Em 1955, desmembrando-se de Borba, surgia o município autônomo de Novo Aripuanã. Uma região para qual vieram nos últimos tempos muitos colonos do sul do país.

Em 30.12.1987, pela Lei no. 826 a área do Município de Novo Aripuanã foi emancipada, passando a constituir o novo Município de Apuí. Teve como primeiro administrador municipal o Sr. João Torres Neto, nomeando em 16.03.1988, nos termos de Parágrafo Único do artigo 124 da Constituição do Estado, determinada como Emenda Constitucional nº 27, de 28.12.1987, pelo Governador do Estado do Amazonas, Sr. Amazonino Mendes.

Em 03 de novembro de 1989, foi eleito pelo voto direto, o primeiro Prefeito de Apuí, Sr. Vitor César Catuzzo Marmentini, tendo como presidente inicial o Sr. Agenor Mattes, como também a primeira Câmara Municipal, composta por nove vereadores.

Características

Setor primário

- Agricultura: Produção de arroz, milho feijão, café e mandioca. Em menor escala encontra-se plantações de guaraná, cacau, banana, citrus e cupuaçu. Os agricultores apuienses contam com o apoio de vários órgãos e associações;
- Pecuária: criação de rebanho bovino, em menor escala tem-se suínos, caprinos, ovinos e aves;
- Avicultura: 80 % das localidades são situadas em terra firme, acesso é feito através de estradas vicinais. Outra característica é que os colonos são proprietários de suas terras, cuja dimensão está em torno de 80 ha.

Setor secundário

- Indústria: padarias e madeireiras.

Setor terciário

- Comércio: gêneros alimentícios, bares, lanchonetes, açouque, restaurantes, hospedaria, postos de gasolina e farmácias.

Limites:

Municípios de: Novo Aripuanã, Borba, Maués, Estado do Mato Grosso e Município de Manicoré.

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – 1991 e 2000		
População	1991	2000
Urbana	2.319	6.126
Rural	3.413	7.738
Total	5.732	13.864

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	ANOS	
	1991	2000
Educação	0,633	0,778
Longevidade	0,622	0,666
Renda	0,594	0,585
Municipal	0,616	0,676

DATAS FESTIVAS	DATA
Festejos de São Sebastião	20 de janeiro
Festa do Peão Boiadeiro	Junho
Festival da Canção Inédita de Apuí	2ª quinzena de julho
Aniversário do Município	28 à 30 de dezembro